

---

# GTT PEQUENA ÁFRICA

Relatório Final

---



## GTT PEQUENA ÁFRICA

### Relatório Final

#### INTEGRANTES DO GTT

Anna Karolina Setúbal Gomes Kleine Ribeiro - SME

Edson Ferreira Soares - SME

Elizabeth Fiuza De Giovanni - CGM

George de Souza Alves - FJG/SMFP

Lília Fernanda Gutman Tosta Paranhos Langhi - SME

## SUMÁRIO EXECUTIVO

*"É experiência aquilo que nos passa, ou que nos toca, ou que nos acontece e, ao nos passar, nos forma e nos transforma. Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação."  
(Larrosa Bondía)*

É com grande alegria que chegamos ao final deste trabalho. Muitas conversas, em produtivos encontros que tivemos, nos deram o tom e o norte do caminho a seguir: o caminho do afeto. Afeto que nos move, diariamente, na busca da realização dos nossos objetivos, tornando possível, muitas vezes, o que para muitos era apenas um sonho distante. Afeto que nos atravessa nos arrebatamentos criativos e nos inspira a pesquisar e produzir cada vez mais, perseguindo a excelência naquilo que fazemos, por mais simples que pareça. Afeto que nos traz de volta, sorrateiramente, quando estamos perdidos e buscamos um novo rumo para nossas vidas...

Embora cada um de nós pertença a uma área específica e exerça uma função determinada dentro da prefeitura, tivemos a felicidade de experimentar a sinergia do grupo durante todos os encontros, como se trabalhássemos juntos há anos e tivéssemos nos encontrado muitas outras vezes durante as nossas trajetórias profissionais. O resultado deste trabalho é, portanto, uma mistura de emoções, percepções e memórias que estavam adormecidas (ou não) e nos conectou de uma forma singular e comovente, o que ficou evidente ao longo do processo.

Desta forma, encaminhamos algumas propostas para a ativação cultural da região conhecida como "Pequena África", com base no levantamento inicial que foi feito pelos integrantes do grupo para se criar pontes e favorecer a conexão do poder público com os principais atores sociais do território, elencadas na parte final deste relatório, com destaque para as ações de *Place Branding*, *mapeamento de afroempreendedores* e *sinalização de orientação turística*.

## CAPÍTULO I

### BENCHMARKING DE INICIATIVAS NO BRASIL E NO EXTERIOR

Este capítulo tem o objetivo de relatar iniciativas de recuperação de áreas urbanas que estão ou estavam abandonadas, subutilizadas ou que vinham sendo degradadas ao longo do tempo, seja no Brasil ou em outras cidades pelo mundo.

A partir destes relatos de benchmarking busca-se refletir sobre os processos e resultados obtidos, compreendendo cada história, suas especificidades, os benefícios decorrentes e os maiores pontos de atenção que devem ser levados em conta para a construção do plano de ação.

Entre as iniciativas brasileiras elencamos a Região da Luz no bairro Bom Retiro na cidade de São Paulo, o Cais Mauá em Porto Alegre, a orla da Lagoa de Araçatiba em Maricá no Estado do Rio de Janeiro, o Projeto RECENTRO para o Centro de Recife e o conjunto arquitetônico do Pelourinho em Salvador. Entre estes projetos observamos iniciativas que tiveram idas e vindas por conta da baixa integração com a população local diretamente interessada, como a do Projeto Nova Luz em São Paulo que foi descontinuado, projetos que ainda estão em andamento e em seu início como os de Porto Alegre e Recife, o projeto que alavancou o turismo no Pelourinho mas que ainda deixou parte da população excluída, dando força ao processo de gentrificação, e o bem sucedido projeto da Lagoa de Araçatiba que levou em conta a compreensão da história e da evolução da cidade de Maricá e não afastou a população originária e local.

Os *cases* estrangeiros contemplam desde a bem sucedida experiência em Port Well, zona portuária de Barcelona, que serviu de *benchmarking* para diversas outras regiões portuárias pelo mundo e trouxe revitalização e desenvolvimento turístico e econômico após os jogos olímpicos de 1992; passando pela história do Meatpacking District em Nova York que viveu diversas transformações ao longo do tempo e também experimentou o processo de gentrificação; a experiência humanizada de Lisboa que permitiu requalificar o espaço público, oportunizando ligações que hoje podem ser percorridas a pé ou até de bicicleta; a cuidadosa transformação dos armazéns de Puerto Madero em escritórios, residências, academias, bares,

conjuntos de cinemas e restaurantes (polo gastronômico), tornando o bairro famoso e um bom exemplo de gestão urbana, através de uma parceria entre o setor público e privado; e finalmente, o Projeto Liverpool One que encontrou resistência quanto à aceitação pela população e sociedade civil em geral, ficando conhecido como pioneiro de “privatização total de parte de uma área central de Liverpool” e trazendo semelhanças com o que se pretendia fazer no Projeto Nova Luz ao se tentar utilizar a concessão urbanística.

Estas iniciativas, com suas diferenças e semelhanças, os benefícios que trouxeram para suas populações e as dificuldades e pontos de atenção encontrados serão os pontos de partida para o trabalho que será desenvolvido por nosso grupo transversal, e são a base para nossas reflexões, orientando os limites de nossa proposta.

Sabemos que estamos diante de um grande desafio, mas também entendemos até onde podemos atuar. Muito já foi feito pela gestão municipal na Região Portuária de nossa cidade e pretendemos sugerir a implementação de ações que levem a melhorias significativas para esse pequeno microcosmo da Pequena África.

## **1. INICIATIVAS BRASILEIRAS**

### **1.1. REGIÃO DA LUZ - BOM RETIRO, SP**

A Região da Luz compreende uma área de aproximadamente 450 mil metros quadrados, ou 111,2 hectares, seis vezes maior que a região do Meatpacking District, em Nova York. Na região situa-se o Museu da Língua Portuguesa, a Estação Júlio Prestes, onde fica a Sala São Paulo, a sede da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESF), o Parque da Luz, a Pinacoteca do Estado e o Memorial da Resistência.

Apesar de na região haver aproximadamente 100 empresas de acessórios para automóveis e motocicletas, cerca de 1.000 lojas de eletroeletrônicos e mais de 10 mil moradores com renda média de até 3 salários mínimos, a Prefeitura de São Paulo definiu que os pioneiros na reocupação da Luz sejam arquitetos, artistas gráficos, músicos e profissionais liberais, aproveitando também os equipamentos culturais como atração para uma ocupação residencial da região pela classe média.

Além do comércio já existente há anos, a Luz também abriga cortiços, edifícios e quarteirões abandonados, pequenas casas de prostituição e um intenso comércio de drogas que deram à região o apelido de Cracolândia.

Desde a década de 1970, a região foi objeto de diferentes projetos de intervenção urbanística, tanto de iniciativa da Prefeitura de SP como do Governo do Estado. No nível municipal, as iniciativas de maior destaque receberam os nomes de Renovação da Luz (1972-1979) e Programa Nova Luz (2005-2012). No estadual, destacaram-se os projetos Luz Cultural (1985-1986) e Polo Luz (1995-2002). Entretanto, nenhuma dessas iniciativas foi bem-sucedida, todas falharam em seus objetivos de recuperar ou requalificar a área.

Em julho de 2011, a Prefeitura de São Paulo lançou o polêmico programa denominado "Nova Luz" para promover a reconfiguração e requalificação da área e que teve como principais objetivos o incremento da área destinada para o uso residencial, a consolidação de um novo núcleo habitacional de interesse social na área central da cidade e a criação de uma rede de espaços públicos capazes de recepcionar melhor os usuários da região assim como moradores e trabalhadores.

As principais diretrizes desse projeto foram a diversificação dos perfis habitacionais, a recuperação de áreas degradadas, a ampliação das áreas públicas destinadas a praças e ao convívio social, a melhoria das condições gerais de mobilidade e da infraestrutura da região e a recuperação do patrimônio histórico, cultural e artístico.

A despeito da aparente boa intenção da prefeitura de SP na época, o maior problema era que o projeto lançava mão de um instrumento jurídico chamada concessão urbanística, que mediante licitação o Poder Executivo ficava autorizado a delegar a empresa, isoladamente, ou a conjunto de empresas, em consórcio, a realização de obras de urbanização ou de reurbanização de região da Cidade, inclusive loteamento, reloteamento, demolição, reconstrução e incorporação de conjuntos de edificações para implementação de diretrizes do Plano Diretor Estratégico.

O instrumento foi entendido como autoritário e provocou muitas idas e vindas jurídicas: em abril de 2011, a Justiça suspendeu o projeto Nova Luz para liberar logo depois em agosto do mesmo ano; em janeiro de 2012, o projeto foi novamente suspenso pelo fato da aplicação do instrumento da concessão urbanística não ter contado com a participação da comunidade atingida pela intervenção urbanística; além disso, um estudo da FGV sinalizou que o projeto só se concretizaria com investimentos públicos em torno de R\$ 600 milhões, fora os

já realizados com instrumentos de incentivos fiscais; porém, em fevereiro de 2012, a Justiça liberou novamente o projeto; para, em junho de 2012, acontecer outra suspensão a partir da alegação da Defensoria Pública que não houve participação popular durante as discussões do Conselho Gestor das Zonas Especiais de Interesse Social.

As transformações pelas quais a Região da Luz vem passando, as frustrações com planos e projeto mal-sucedidos e as muitas idas e vindas jurídicas do polêmico e interrompido projeto Nova Luz apontam para alguns pontos de atenção: a simples repressão ao tráfico de drogas na região da Cracolândia em contraste com as poucas ações sociais para recuperação e reintegração dos dependentes de crack, a baixa participação popular nas tomadas de decisões, a especulação imobiliária e o iminente processo de gentrificação.

## **1.2. CAIS MAUÁ - PORTO ALEGRE, RS**

A região do Cais Mauá, possuidora de grande potencial, estava ocultada por um muro que a segregava da cidade. Mais de 180 mil metros quadrados praticamente desconhecidos pelas pessoas, sendo 82% área de fruição pública.

A ideia de aproveitar melhor o ambiente já havia ocorrido no passado, porém não seguiu adiante: irregularidades e descumprimento de cláusulas ocasionaram a rescisão do contrato existente pelo governador, e então foi proposto um trabalho baseado em iniciativas mundiais que se mostraram positivas.

O projeto foi iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através do Consórcio Revitaliza e com apoio do BNDES. O Consórcio Revitaliza é composto por oito empresas, e será o responsável pela modelagem e preparação da licitação pública, a ser realizada pelo governo.

Para decidir de forma participativa o novo projeto, houve uma longa jornada de diagnósticos, consolidações e discussões: 7 Workshops em 2021, com 235 participantes, mais de 100 reuniões presenciais/online e 2 pesquisas de opinião online. Participaram desses eventos associações da sociedade civil organizada, entidades de representação empresarial, empresas e operadores náuticos hidroviários, cooperativas de representação da população, instituições de ensino superior e pesquisa, incubadoras de empresas, entes públicos das esferas estadual e municipal e a população em geral.

Trata-se de um projeto ambicioso, inspirado no modelo de Barcelona, em que a proposta foi orçada em R\$ 4.537.200,00 a ser pago pelo futuro administrador do cais. Estão previstos R\$ 1,3 bilhões de investimento na área do Cais, com R\$ 300 milhões nos primeiros 5 anos, gerando 45 mil empregos diretos, 5 mil indiretos durante a obra e 4 mil permanentes após a revitalização. São esperados 15 mil visitantes por dia.

A obra prevê revitalização do patrimônio histórico e cultural, valorização da presença do Guaíba, promoção do uso e ocupação contínuos, atraindo parceiros privados, com ênfase na cultura, educação, economia, lazer, pequenos comércios, serviços, transeuntes, residências e também esportes náuticos.

O espaço essencialmente é composto pelas docas, pelo setor do gasômetro e pelos armazéns. Cada um deles será trabalhado de maneira diferenciada, visando obter recursos e realizar as mudanças previstas: o setor das docas será alienado para a iniciativa privada, oferecendo liberdade para o investidor implementar seus projetos. Os recursos oriundos da alienação das docas serão reinvestidos na revitalização dos setores dos armazéns e gasômetro.

Para o setor do gasômetro e armazéns está prevista a concessão, com equilíbrio entre o setor público e os interesses do setor privado. No término da concessão seus ativos serão revertidos ao setor público.

Pretende-se substituir parcialmente o muro, que hoje tem três metros, reduzindo-o para um metro e meio, e inserir jardins no local, num projeto autossustentável econômica e financeiramente, para que não dependa do governo.

O espaço verde será valorizado, com criação da Praça do Cais, de edifícios corporativos e residenciais com telhados verdes, paralelepípedos no lugar do asfalto e destinação da área dos armazéns somente aos pedestres, limitando a entrada de veículos. O antigo frigorífico será reaproveitado, transformando-o em espaço multiuso, arborizado e preservando sua estrutura.

Existem também outras metas envolvidas: proteger e integrar a cidade, com financiamento do novo sistema de proteção contra cheias e monitorar o desempenho e a qualidade dos serviços, a fim de que o projeto atenda às necessidades da região.

Como pontos de atenção, percebemos a necessidade de cuidado para que novamente não ocorra a descontinuidade do projeto por irregularidades, o que ocasionaria perda de recursos, que sabemos que são escassos.



### 1.3. ORLA DA LAGOA DE ARAÇATIBA - MARICÁ, RJ

O município de Maricá teve seu povoamento civilizatório iniciado em janeiro de 1574, após a adoção de sesmarias pelos colonizadores portugueses, no litoral compreendido entre Itaipuaçu e a lagoa de Maricá. Mas, muito antes da chegada dos colonizadores europeus, a região foi habitada por povos indígenas vindos da Amazônia. Quando os portugueses chegaram à região, no século XVI, ela era habitada pela nação tupi dos tupinambás, também conhecidos como tamoiós. A divisão da região em sesmarias pelos colonizadores teve início nas últimas décadas daquele século.

Com a revitalização da orla da Lagoa de Araçatiba, o intuito do governo local foi revitalizar uma área bastante relevante, apesar de degradada, para a compreensão da história e da evolução da cidade de Maricá, tendo em vista que, desde a chegada dos primeiros colonizadores no século XVI, aquela paisagem foi palco de inúmeras transformações sociais e eventos que marcaram a trajetória dos seus habitantes.

Em função disso, foi feita a pavimentação da via e do calçadão, academia, esculturas, bancos de madeira, quadras de areia para práticas de vôlei e futevôlei, além de uma iluminação especial. Também houve melhorias na segurança pública e nos serviços de transporte, interligando a orla com o Centro da cidade e favorecendo o deslocamento dos pedestres pela via, por meio da implantação de estações de bicicletas compartilhadas, apelidadas de "vermelhinhas".

A obra foi executada durante o ano de 2017 pela Prefeitura de Maricá, exclusivamente com recursos públicos, tendo sua culminância no mês de dezembro daquele mesmo ano. O seu custo foi de, aproximadamente, cinco milhões de reais.

Além da reforma citada anteriormente, foi criada uma grande área de lazer para a prática de esportes, caminhada e ciclismo, além da instalação de brinquedos e da criação de um "deck" com vista para a Lagoa de Araçatiba. Apesar disso, ainda é escassa a oferta de linhas de ônibus que circulam pela orla, dificultando o acesso dos pedestres.

### 1.4. CENTRO DA CIDADE - RECIFE, PE

A partir da constatação de grande degradação da região central da capital do estado de Pernambuco, foi pensado e criado um Programa para Revitalização do Centro da Cidade - Recife, batizado de RECENTRO.

A iniciativa foi da Prefeitura, gestão João Campos, de maneira integrada com intenção de explorar toda sua potencialidade, fomentar e revitalizar o turismo e a economia do Centro do Recife, incluindo o Antigo e os bairros de Santo Antônio e São José. Para a realização do RECENTRO, buscaram referências de boas práticas em Lisboa, Cidade do Porto (Portugal), e Panamá.

É um grande plano de manutenção, incentivos fiscais, reforço na vocação da área central da cidade para a inovação e tecnologia, com o fortalecimento do apoio ao Porto Digital e a criação de um laboratório a céu aberto para iniciativas inovadoras e a ampliação dos investimentos públicos nos bairros. A inovação será implementada explorando as potencialidades do Porto Digital, desenvolvendo soluções tecnológicas inovadoras para os problemas do Centro.

A gestão é feita a partir da criação do “Escritório de Gestão do Centro”, uma nova estrutura montada exclusivamente para pensar o centro da cidade em toda sua complexidade e que responderá diretamente ao prefeito da cidade. O Escritório é um órgão municipal ligado ao Gabinete do Prefeito. Desde a sua instalação, em novembro de 2021, foram realizados mais de 50 momentos de escuta e diálogo com os diversos atores e segmentos que atuam no Centro do Recife. Nesse processo de escuta permanente, mais de 200 contribuições foram recebidas, entre demandas, sugestões e aprendizados destinados ao Plano de Requalificação do Centro do Recife.

O Programa Recentro é composto por quatro eixos: governança, incentivos fiscais, inovação e novos investimentos. Os maiores destaques são ações voltadas a Incentivo fiscal para novos empreendimentos, regulação específica para inovação urbana aberta e ampliação dos investimentos públicos. Como em 2020 houve aprovação de um novo Plano Diretor para a cidade, isso possibilita a transformação em terrenos como união de lotes para construção de empreendimentos, edificações mais verticalizadas, e que zonas especiais de interesse social - às margens de corredores de transporte público, obedeçam a critérios de verticalização semelhantes aos do resto da cidade, ou mesmo sejam desapropriadas, se necessário.

Nesta linha, instaurou-se redução de ISS e de IPTU para revitalização de imóveis, com até 100% de redução no IPTU; ITBI com até 100% de isenção tanto para a primeira aquisição

do imóvel, pela construtora, quanto para o primeiro proprietário para moradia; ISS com alíquota reduzida para intervenções destinadas à recuperação e manutenção de imóveis localizados nas Zonas Especiais de Preservação Histórica.

Cidade vocacionada ao Turismo, tal qual o Rio de Janeiro, a cidade de Recife precisa alavancar benefícios a empreendimentos de hotelaria e, portanto, para este ramo é concedida redução de impostos válida por 10 anos. Também outras providências e investimentos como nova iluminação do Parque das Esculturas, pedestrianização da rua do Bom Jesus, reabertura da Casa do Carnaval, embutimento da fiação do Bairro do Recife, iluminação em LED para todo o centro.

A agenda cultural de Recife inclui manifestações relevantes dentro do panorama turístico brasileiro: o Carnaval - especialmente Maracatu e frevo, que atrai 2 milhões de pessoas e arrecada 2 bilhões de reais, o Ciclo Junino, com shows de forró e feiras, o Turismo religioso - a festa da Padroeira N.Sr<sup>a</sup> do Carmo, e o Ciclo natalino, movimentando Grupos de cavalo-marinho, bumba-meu-boi e a tradicional Queima da Lapinha em dia de reis.

Na perspectiva do desenvolvimento econômico, impactam positivamente a recuperação do Mercado de São José e a potencialização do Pátio de São Pedro.

Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE, confirmou o bom momento vivenciado pelo setor turístico pernambucano - há tendência de reaquecimento da cadeia produtiva do turismo, a partir do avanço da vacinação contra a Covid-19 no país. O estado é vice-líder no ranking nacional no índice de atividades turísticas, apresentando 19,3% no acumulado de janeiro a junho de 2021 em relação ao mesmo período de 2020. Com isso, vê-se a que a capital, Recife, tem potencial para recuperação e revitalização de sua região portuária com o Programa RECENTRO,

Procuramos informações acerca dos dados atualizados, já que o Programa de Revitalização recém começou e é muito bom poder aprender acompanhando sincronicamente esse processo para que possamos fazer uma analogia ao que a CDURP possa vir a construir para a região da Pequena África, na cidade do Rio de Janeiro.

A informação pelo Portal da Transparência da Cidade do Recife apresenta o total de R\$829.910,00 como Detalhamento de Despesas do Gabinete do Centro de Recife, entre Janeiro e Março de 2022, órgão da Administração Direta criado para a execução do RECENTRO. Não há clareza no projeto quanto à destinação de recursos específicos totais quanto a investimentos, uma vez que há pacotes de isenções, redução de alíquotas etc. Citamos abaixo, em “Fontes

consultadas” o vídeo de lançamento do RECENTRO onde há explanação de cada item e cada setor da Administração envolvido e respectivas perspectivas quanto a investimento, de forma mais abrangente.

Por tratar-se de Programa em implantação, continuaremos acompanhando o RECENTRO durante a execução do GTT para alimentação e divulgação dos dados que julgarmos relevantes à CDURP.

### **1.5. PELOURINHO - SALVADOR, BA**

A reestruturação do Pelourinho, em Salvador (Bahia), iniciada após o local se tornar Patrimônio da Humanidade pela Unesco em 1985, foi feita entre 1992 e 1995, na grande área da Praça da Sé ao Largo do Carmo, num total de 356 imóveis em 17 quadras, com a intenção de reverter a degradação física do espaço e sendo resultado de um processo de intervenção do Centro Histórico de Salvador que teve início em 1969, quando foi elaborado o primeiro projeto que visava a revalorização do patrimônio para fins turísticos, o Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho, voltando ao foco após tal nomeação.

O projeto teve como ponto inicial a visão da arquiteta Lia Bo Bardi de investir no espaço, mas preservando as relações culturais e sociais ali existentes. Entretanto houve uma mudança de foco em 1991, durante o governo de Antônio Carlos Magalhães, com o “Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador”, que passa a ser visto mais como um espaço com potencial turístico e econômico.

O processo foi dividido em 4 fases, de 1996 a 1999. Na primeira etapa, de 1992 a 1995, não se pensou na qualidade de vida de seus antigos moradores, que são de baixa renda, e houve mudança na utilização dos imóveis para comercial, ficando somente 9% das unidades restauradas destinadas ao uso residencial. Assim, surge o problema de integrar a população residente há bastante tempo no local com os negócios locais que tivessem viabilidade econômica para se manter diante do novo cenário, dando início ao processo de gentrificação do Pelourinho.

A segunda fase, entre 1996 e 1999, foi dividida em mais 3 etapas e caracterizou-se pela cautela do governo em implantar as intervenções, após tantas críticas, e a busca por financiamento externo, realizando obras complementares como a de estacionamentos, proteção de monumentos e recuperação de edifícios históricos.

A sétima etapa, que é a terceira da segunda fase de revitalização, se caracterizou pela alteração na concepção do programa, recuperando imóveis para habitação e garantindo que 103 famílias que restaram no local ali permanecessem, sendo remanejadas dentro do próprio centro histórico durante o processo de recuperação de seus imóveis.

No início do processo, 85% dos moradores optaram por deixar o local, até pela condição precária de seus imóveis, sendo que entre as propostas oferecidas estavam a indenização, a transferência definitiva com pagamento de aluguel ou transferência provisória. Durante este período houve acompanhamento da UNESCO e se descobriu que havia muitas ocupações irregulares que sequer teriam direito a tal escolha.

Esta etapa teve custos bem elevados, sendo 93 milhões em restauração e construção, 10 milhões em obras emergenciais e 11 milhões em animação cultural, totalizando 116 milhões, excluindo-se desse montante os gastos com linhas e equipamentos de infraestrutura subterrânea, realizados por empresas de saneamento, bem como água potável, eletricidade, iluminação pública e telefonia. Desse total, o Estado da Bahia arcou com 90% e os 10% restantes vieram do IPHAN e do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Apesar de ter havido um aumento da receita com turismo, o Pelourinho ficou dividido entre o novo e o velho, onde o maior ponto de atenção continua sendo a dificuldade de integrar os novos moradores com os remanescentes, além da necessidade de atentar para a pouca sustentabilidade dos comércios locais diante das novidades.

Hoje temos como resultado um Pelourinho segregado, com realidades diferentes convivendo lado a lado, separando bem a população local e os novos habitantes pós-revitalização, numa clara dicotomia entre o que é genuinamente popular e o que é apropriado pelas ações de revitalização, acentuando, cada vez mais, o processo de gentrificação.

## **2. INICIATIVAS ESTRANGEIRAS**

### **2.1. MEATPACKING DISTRICT – MANHATTAN, NOVA YORK**

O Meatpacking District compreende uma região de 18 hectares situada na parte sudoeste de Manhattan e fica entre a Rua 14 e o Rio Hudson, nas imediações do Chelsea.

Desde de 1884, a região vem passando por um processo histórico de transformações com a criação do Mercado Gansevoort — nome que homenageia Peter Gansevoort, coronel do Exército Continental durante a Guerra Revolucionária Americana que liderou a resistência ao Cerco ao Forte Stanwix de Barry St. Leger em 1777, porém hoje mais conhecido como o avô de Hermann Melville, autor de Moby Dick.

A partir da criação desse mercado, o distrito tornou-se um dos maiores produtores de carne dos Estados Unidos e, em 1900, havia na região cerca de 250 matadouros, empacotadores de carne e distribuidores, negócios que obtiveram crescimento ainda maior com a construção, em 1934, de uma linha suspensa de trem que ligava as docas do rio Hudson ao bairro, transportando animais.

Devido à escassez de espaço e por questões de saúde pública, nos anos 1960, a produção e o comércio de alimentos foram transferidos para regiões periféricas da cidade. E nos anos 1970, certas ocupações características de bairros vizinhos como SoHo e Tribeca, como lojas de produtos underground e galerias de arte alternativas passaram a marcar presença no Meatpacking District e verificaram-se os primeiros processos de gentrificação. Além disso, um pequeno comércio de drogas e prostituição também começaram a se deslocar para a região que era predominantemente comercial e ficava vazia durante a noite.

No início dos anos 1980, diversas casas de show, *strip-tease* e prostituição foram abertas na região, porém fechadas logo no início dos anos 1990, especialmente durante o período que o prefeito Rudolph Giuliani esteve governando a cidade de Nova York (1994-2001), dando lugar a pequenos restaurantes do bairro.

Até o final dos anos 1990, um grande número de artistas e designers começou a ocupar e a desocupar os andares superiores dos açougues do Meatpacking, devido aos inicialmente baixos e posteriormente altos preços dos aluguéis.

Porém, por volta do ano 2000, ameaçados de demolição, tanto o Mercado Gansevoort quanto a linha suspensa de trem tornaram-se alvo de interesse da comunidade local e de grupos ligados à preservação do patrimônio histórico.

Em 2003, somente 35 dos 250 matadouros originais ainda permaneciam no Meatpacking District, dando lugar a boutiques de estilistas famosos, a lofts e redes de bares e restaurantes internacionais.

Em 2010, o número de empacotadores de carne do distrito era de apenas 8, concentrados em um pequeno quarteirão da Rua Washington, fornecendo cortes especiais para restaurantes de luxo da cidade.

Assim como em diversas cidades e regiões pelo mundo, a transformação do Meatpacking District ganhou um impulso ainda maior com a construção de âncoras arquitetônicas, como a do hotel Gansevoort em 2004 e de diversos outros edifícios de luxo. Além disso, com a criação da High Line — o parque construído na antiga linha suspensa de trem que implicou investimentos públicos e privados de cerca de 80 milhões de dólares, inaugurado em junho de 2009, e a transferência da sede do Whitney Museum of American Arts para a região, houve um aumento de turistas para a bairro, tornando suas ruas mais seguras e sofisticadas.

A despeito do Meatpacking District ter ficado mais seguro e estiloso, é importante destacar que essa transformação também deixou o custo de vida na região mais caro, o que foi afastando a população original e engendrando o processo de gentrificação.

## 2.2. PUERTO MADERO - BUENOS AIRES, ARGENTINA

No final do século XIX, com a conscientização da vocação agroexportadora da Argentina, surgiram iniciativas de renovação urbanística da região do porto. O rico comerciante Eduardo Madero, com influência de amigos poderosos, construiu diques em frente ao centro, local em que havia um lamaçal, sendo considerado um grande erro estratégico. As ideias concorrentes seguiam por outros caminhos, como alargar o Canal de Riachuelo em La Boca.

Madero fez bons negócios ao vender terras no entorno do seu faraônico empreendimento. Porém, devido à expansão mundial dos transportes marítimos e das atividades portuárias e com navios cada vez maiores, em pouco tempo o porto se mostrou inviável, com os 16 prédios das docas abandonados e com a degradação da região.

Em 1989, com a descoberta dos recursos de *Waterfront*, iniciou-se outro projeto em Puerto Madero, dessa vez focado em derrubar as barreiras entre porto e cidade e mantendo o cunho ambicioso de construções.

Para tal, foi criada a sociedade anônima Corporación Antiguo Puerto Madero S.A., em que participavam o poder executivo nacional e a prefeitura de Buenos Aires, como sócios acionistas igualitários e com a mesma competência legal de qualquer sociedade comercial,

designando os membros da sua diretoria. A estratégia de criar a sociedade visou eliminar dificuldades jurídicas institucionais, geradas em iniciativa no passado, pela superposição de responsabilidades entre organismos.

Um dos focos relevantes do projeto foi explorar o patrimônio público para obter recursos, visto que a corporação não teria orçamento instituído nem por parte do Estado argentino nem do governo da cidade.

Inicialmente, buscou-se a participação da sociedade, com debates e a criação do concurso “20 ideias para Buenos Aires”, a fim de colaborar na elaboração do Plano Diretor. O modelo Barcelona foi inspirador dessa proposta, aproveitando a ampla área de 1.500.000 m<sup>2</sup> para construção de novos edifícios, que se caracterizariam por uma arquitetura contemporânea.

Dessa forma, em 1996, foi iniciado o processo de licitação de venda de terrenos, para o qual foram apresentados valiosos projetos, visando requalificar as terras portuárias que estavam inutilizadas, dando a elas uso urbano de qualidade.

E assim, os antigos armazéns foram restaurados, mantendo a sua identidade, com as fachadas de tijolos e vigas de ferro mantidas, para preservar o valor histórico. E dessa forma cuidadosa, os armazéns e a região como um todo se transformaram em escritórios, residências, academias, bares, conjuntos de cinemas e restaurantes (polo gastronômico). O calçadão, de frente para o Rio, é muito procurado por turistas e moradores. Com essas e outras implementações, o bairro se tornou famoso e recebeu um charme peculiar, tornando-se um bom exemplo de gestão urbana, através de uma parceria entre o setor público e privado.

A primeira etapa (oeste) incluiu a revitalização dos 16 galpões de tijolos e as docas, locais em avançado estado de abandono. Esses edifícios fazem parte da identidade portuária da zona, sendo o principal patrimônio histórico arquitetônico da região.

A venda das docas foi instituída pela corporação, acontecendo por etapas, iniciando pelo norte, que era mais valorizado em razão da proximidade com o centro administrativo e econômico da capital federal.

E com condições financeiras favoráveis começaram obras de infraestrutura, foi construído o caminho de pedestres, ruas, parques, que não existiam por ser uma área apenas portuária. As pontes giratórias entre os diques também passaram por restauração.



A segunda etapa (leste), por não ter arquitetura existente, aconteceu de forma diferente, com exceção do conjunto de silos Molinos Rio de la Plata, que passou por demolição em 1998.

O legado desse projeto foi amplo, com obras de destaque como a Ponte de La Mujer, as Torres El Faro e o Parque Michaela Bastidas, reconectando parte da cidade com seu *waterfront*.

O projeto custou mais de 2 bilhões de dólares, sendo a maior obra do gênero implementada em toda a América Latina, e nos últimos anos recebeu construções projetadas por arquitetos famosos, como Santiago Calatrava, Norman Foster, César Pelli e Philippe Starck.

A revitalização, que no passado ocorreu a partir de um erro estratégico, dessa vez se mostrou um sucesso, transformando o bairro em local de alta valorização e servindo de modelo para todo o mundo.

### **2.3. PORT WELL, ZONA PORTUÁRIA - BARCELONA, ESPANHA**

As zonas portuárias são regiões de especial interesse para a revitalização. Os portos antigos das grandes cidades passaram por um processo de esvaziamento em favor de instalações portuárias mais modernas, adequadas aos navios de grandes dimensões e mais acessíveis pelos meios de transporte de apoio. Com isso, essas regiões, em geral localizadas no centro antigo das cidades, passaram por processos de degradação econômica, potencializados pela existência dos grandes elementos físicos resultantes da atividade portuária que constituíram-se em barreiras para sua integração com o restante da cidade.

Com a iminência da chegada dos Jogos Olímpicos de 1992, toda a área de *Port Vell*, região portuária de Barcelona que estava em franca decadência e extremamente perigosa, recebeu maciços investimentos para se adequar à recepção de milhares de atletas e suas delegações. Além disso, o mote da revitalização foi atrair investimentos e turistas para a região, fortalecendo, desta forma, a economia local com a implementação de novos empreendimentos e moradias.

O projeto de revitalização de Barcelona adotou dois focos principais: (i) promover a despoluição das águas, contaminadas após quase 200 anos de exploração industrial; e (ii) a reconstrução da zona portuária, convertida em área residencial com a construção da vila olímpica. Além disso, a obra de revitalização contou com as seguintes ações: construção de edificações para uso habitacional; instalações de atividades comerciais; restauração de

edificações e monumentos protegidos; instalação de diversas cadeias de hotéis; melhoria do sistema de transporte público; investimentos em segurança pública e melhoria da infraestrutura local.

O projeto foi executado entre junho de 1989 e junho de 1992 pelo governo local em parceria com a iniciativa privada e o Comitê Olímpico Internacional (COI), em função da escolha de Barcelona como cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 1992.

Nesse sentido, apenas um terço do dinheiro foi gasto com instalações esportivas: dois terços foram gastos em melhorias urbanas na cidade, focando na hotelaria e turismo, especialmente na zona portuária e seu entorno. Ressalta-se que todas essas ações foram realizadas não somente no perímetro da zona portuária, mas também no entorno daquela região, no intuito de potencializar os ganhos advindos de sua execução.

Segundo Boa Nova(2018), o investimento direto para as obras totalizou cerca de U\$10 bilhões, sendo financiados a partir de recursos do governo espanhol, governo municipal/regional e setor privado, divididos em partes iguais.

Em virtude da ampliação das atrações turísticas na região e da modernização do espaço, a região se tornou a principal referência para o turismo da parte "velha" da cidade.

#### **2.4. LISBOA, PORTUGAL**

Falando em reestruturação de áreas históricas, Lisboa é um exemplo positivo de tal processo que ocorreu no eixo central da cidade, entre os trechos de Pícolas e Saldanha, passando pelas avenidas da República e Fontes Pereira de Melo. Tal projeto objetivava atrair toda a população, estimulando as atividades econômicas, acolhendo novos moradores e focando em melhorar a qualidade de vida e tornar a cidade mais verde.

Em 2012, com a criação a longo prazo do PDM Estratégico 2020, desenvolveu-se uma filosofia que já vinha de alguns anos, a de desenvolvimento urbano apoiado na preservação e reabilitação do patrimônio arquitetônico em toda a cidade, e em especial nas áreas históricas. O grande slogan era "Lisboa: Capital Atlântica da Europa".

Inicialmente, a cidade era vista de costas para o rio Tejo. A partir de então, alterou-se tal visão, recriando o elo perdido com a paisagem do Tejo, construindo-se, inclusive, um passeio público na sua margem, proporcionando a regeneração da região, como a Baixa da Pombalina e a reconstrução das malhas urbanas no Chiado, a reintegração da Mouraria,

deixando de ser um bairro esquecido, a criação de um museu efêmero para conciliar artes urbanas e patrimônio, a conciliação de equipamento e qualidade ambiental urbana no Vale do Chelas e a intervenção no Mercado da Ribeira e no Cais do Sodré, tornando o local mais agradável e verde.

Foi devolvida a paisagem da cidade, com um cartão-postal antes escondido por tapumes, além de se correlacionar as zonas restantes através da requalificação do espaço público, oportunizando ligações que hoje podem ser percorridas a pé ou até de bicicleta.

Tais iniciativas utilizaram recursos municipais, juntamente com incentivos fiscais para atrair empresas privadas interessadas, que a partir da criação do Startup Lisboa, criado em 2011, já eram acolhidas e sendo preparadas através de mentorias, networking e outras atividades que facilitassem o processo evolutivo dessas empresas, sendo um projeto emblemático por pensar adiante. Os gastos giraram em torno de 7,5 bilhões de euros, contra os 9,4 bilhões iniciais.

Toda a reestruturação se deu em 5 eixos: Lisboa Cidade Bairros (qualificação de bairros e espaços públicos), Lisboa Cidade Empreendedora (empreendedorismo e dinamismo empresarial), Lisboa Cidade de Culturas (turismo, animação cultural, cosmopolitismo e multiculturalidade) e Lisboa Cidade de Modernidade (inovação, modernização da cidade e eficiência administrativa).

Houve a criação de quatro unidades de execução, como a Frente Ribeirinha e a do Museu de Design e Moda (MUDE), com o objetivo de se constituírem em intervenções estruturantes na revitalização da Baixa, bairro de Lisboa, e base para o desenvolvimento de projetos que funcionam como âncora e como motores de desenvolvimento de muitos outros projetos públicos e privados.

Hoje, o centro fervilha de turistas e até bairros tradicionais são procurados por novos moradores, sendo o mais interessante de todo o processo, a integração criada entre o centro e as demais áreas da cidade, sem que nenhuma delas perdesse sua autonomia, criando uma cidade realmente integrada e sem segregação, mantendo forte o objetivo inicial de cidade mais verde e com qualidade de vida real. E esse também é o grande desafio: manter essa integração sem perda de autonomia e sem gentrificação.

## 2.5. LIVERPOOL, INGLATERRA

Liverpool - Cidade Mercantil Marítima situa-se em Merseyside, Reino Unido, no estuário do Mersey e, em maio de 2008, se projetava mundialmente como Capital Europeia da Cultura.

A cidade já foi um dos importantes centros da economia mundial, especialmente no período de riqueza advinda do transporte e seguro das embarcações com escravizados da África. Esculturas de pedra dos navios negreiros podem ser encontradas ainda hoje no Edifício do Porto de Liverpool, em Pier Head.

Liverpool viveu um processo de decadência depois da Segunda Guerra Mundial quando sofreu terríveis ataques aéreos. Após décadas de degradação do setor portuário e desemprego em massa, Liverpool passou por uma ampla reinvenção como cidade cultural.

Um breve histórico da cidade pode dimensionar sua relevância no cenário mundial. Em 1207, o rei João outorgou alvará que transformava a pequena vila de pescadores em município livre; Henrique III em 1229, concedeu aos mercadores o direito de comércio sem taxas governamentais, nascendo o “Porto de Liverpool”.

No final do reinado de Elizabeth I, a cidade se tornou a principal porta para o novo mundo. A grande peste de 1664 e o grande incêndio de 1666 em Londres fizeram com que muitos mercadores se mudassem para lá e o porto prosperou.

Foi porto para transatlânticos como o RMS Titanic e ficou famosa por ter revelado a famosa banda de rock The Beatles. Em maio de 2008, Liverpool se projetava mundialmente como Capital Europeia da Cultura.

Em 1999, havia sido criada a Liverpool Vision - primeira Empresa de Regeneração Urbana do Reino Unido, encarregada de liderar a transformação física da cidade no novo milênio. A Liverpool Vision foi responsável por mais de 15 grandes projetos de desenvolvimento econômico para Liverpool até 2018, incluindo o Museum of Liverpool e Commercial District. O Projeto Liverpool ONE é o que escolhemos para nossa abordagem.

Em meados dos anos 2000, o Governo Thatcher tirou dos Conselhos Locais a responsabilidade sobre uma área da cidade, com a alegação de precisar responder a problemas econômicos e resolver distúrbios sociais pontuais; então, numa região de 170 mil metros quadrados, vendida pelo poder público ao Duque de Westminster (que comprou todos os imóveis da região, pertencentes a cerca de 300 proprietários). Nela estabeleceu-se a construção do Liverpool ONE, onde foram criados seis distritos, cada um destinado a um certo tipo de comércio ou atividade/entretenimento, com áreas de lazer, estacionamento e

transformação do entorno. O custo de construção associado com o projeto foi de £ 500 milhões, com um valor total de investimentos na ordem de £ 920 milhões.

Em 2004, houve a escavação do já existente Parque Chavasse quando começou a obra do Liverpool ONE. Os primeiros trabalhos incluíram escavações arqueológicas sob o Parque que cobria as ruínas de edifícios destruídos nos bombardeios da II Guerra Mundial, e o Canning Place (estacionamento) ficava no local do Old Dock, o primeiro cais molhado do mundo.

Em 2005, com a demolição da antiga rodoviária e o estacionamento da Paradise Street, houve a construção de inúmeros prédios na região. Era preciso construir a nova e moderna Estação de Ônibus capaz de atender a um grande fluxo de passageiros. Hoje esse número chega a 10 milhões de pessoas/ano.

No ano de 2006, a Herbert 's (ramo de Beleza) foi a primeira empresa a se instalar no Liverpool ONE, seguida da BBC Radio Merseyside e muitas outras, incluindo dois grandes hotéis. Além de espaço de convivência, gastronomia e lojas, o tradicional cine Odeon foi construído com 14 salas e cerca de 3.000 lugares. O Parque Chavasse recebeu o nome de um membro da família Chavasse, um herói de guerra local e foi construído sobre o estacionamento subterrâneo com 3.000 vagas. Hoje é considerado um “oásis verde” na cidade.

Entre os exemplos de boas práticas nessa experiência e que podem ser considerados como pontos de interesse está a manutenção de pequena parte dos sítios arqueológicos sob o LIVERPOOL ONE, acessíveis para visitação, contando com *tour* pelo aplicativo MYONE - o “The Heritage Trail at Liverpool ONE”, com visita a pé a 16 paradas significativas para a história local.

O projeto encontrou resistência quanto à aceitação pela população e sociedade civil em geral, ficando conhecido como pioneiro de “privatização total de parte de uma área central de Liverpool”, vendida a uma das maiores fortunas britânicas para a implantação de um projeto de renovação urbana. Pode ser oportuno para a análises futuras conhecer, através da bibliografia disponível, sobre o processo de Regeneração Urbana proposto na construção e implantação do Liverpool ONE. Isso nos permitirá maior aprofundamento acerca dos questionamentos pertinentes da população quanto ao processo de apagamento da história e identidade local.

Liverpool detinha à época da construção do Liverpool ONE o título de Patrimônio Mundial da Humanidade (entre 2004 e 2021), atribuído pela UNESCO. Entretanto, em julho do ano passado perdeu esse status devido a alterações significativas na zona das docas, especialmente pela construção de vários edifícios e do novo estádio do Everton que, segundo a

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, as alterações faziam perder a autenticidade da cidade (PEDROSA, 2021; LENCASTRE, 2021; MUDANÇA, 2021).

## CAPÍTULO II

### DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DO PLANO DE AÇÃO

Iyá Kekerê foi Ciata d'Oxum  
Kilombo da arte, cangira vodum  
Prazeres por Heitor que deu o nome  
Onde Donga ao telefone fez a jura pro Sinhô  
Eu vi brotar João e Pixinguinha  
No terreiro das baianas  
De Gandhi fui herdeiro do agogô  
Sou o fim de todo açoite  
Cria da favela  
Onde guardam nossa origem  
Sou Vigário sentinela  
Aos rebanhos de pastores que me queiram destruir  
Da estiva sou patente  
Negro ruim de desistir  
Atabaque evocou orixá no Ilê  
E o ponto firmou no toque do alabê  
Pequena África, raiz cultural

É mesmo um grande desafio o que este Grupo Transversal de Trabalho resolveu encarar! O desafio é estudar, entender e propor ações de ativação cultural para este microcosmo que nos últimos anos ficou conhecido como Pequena África, nome cunhado pela lendária figura de Heitor dos Prazeres, referindo-se a uma região ainda maior que compreendia toda a Zona Portuária e o Centro da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.

Hoje a Pequena África, que passou por um intenso processo de apagamento de sua história, ressurgiu numa área menor na Zona Portuária de nossa cidade. Um marco para essa retomada foi a descoberta em 2011, durante obras para a preparação dos jogos olímpicos de 2016, do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo que se transformou no maior marco da escravidão mundial por ter sido a principal porta de entrada de escravizados que vieram da África para as Américas.

Entre 1850 e 1920, escravos libertos permaneceram trabalhando na região que sempre acolheu negros de todo o país, onde se ergueram casas, locais de convívio cotidiano e centros religiosos. Antes mesmo da redescoberta do Cais do Valongo, em 1996, a família Guimarães dos Anjos descobriu fortuitamente no solo do imóvel que havia recém adquirido, ossadas do que foi denominado como o Cemitério dos Pretos Novos, dando origem, mais tarde, ao Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN). Estes acontecimentos lançaram luzes sobre a região e aumentaram o interesse por parte, principalmente, de historiadores, cientistas sociais, geógrafos, antropólogos, arqueólogos etc.

Hoje já é possível encontrar sites, livros, artigos científicos, delimitações em mapas e diversos atores sociais ligados à cultura, às artes, à gastronomia e a diferentes atividades econômicas que ganharam importância na Pequena África.

Nesta seção, foi feito um levantamento de alguns dos principais atores sociais da região e delimitou-se uma área que compreende todos estes atores. Não se buscou uma contribuição inédita e original nesta etapa, mas se vislumbrou a possibilidade do grupo de conhecer melhor este espaço e as instituições e estabelecimentos que ali atuam.

O mapa a seguir apresenta uma delimitação da área abrangida pelo futuro plano de ação, relacionando itens compreendidos em três diferentes categorias: arte e cultura afro, bares e restaurantes e pontos de interesse do Circuito de Herança Africana.

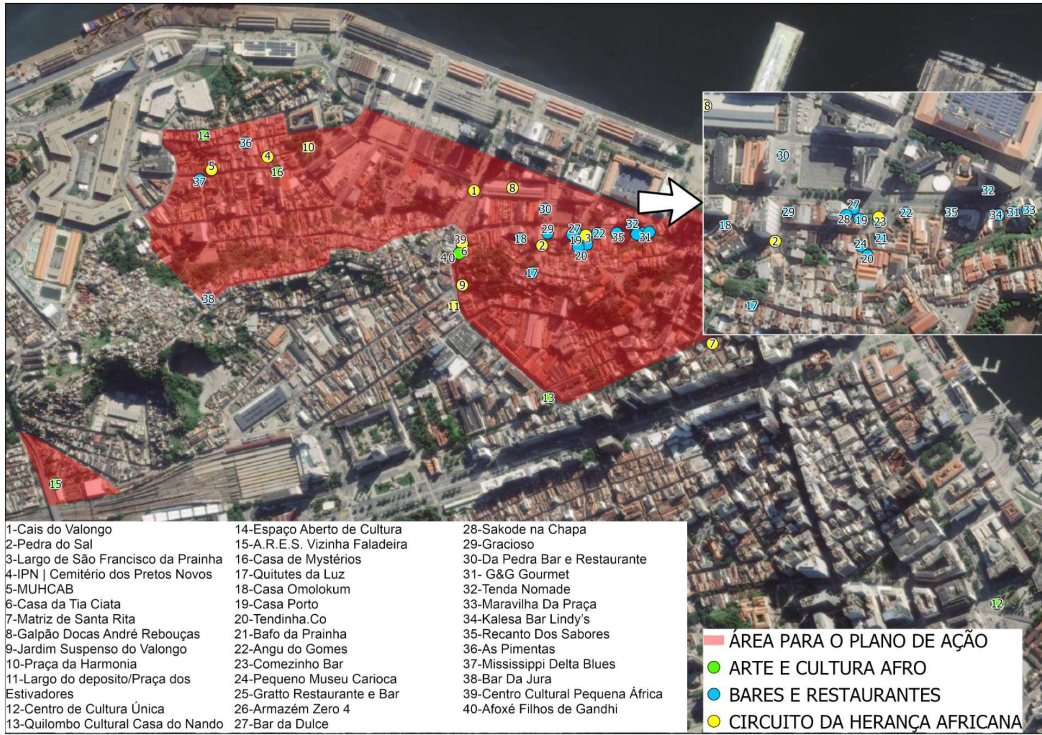


Figura 1: Circuito de Herança Africana e Atores Sociais



1. Cais do Valongo
2. Pedra do Sal
3. Largo de São Francisco da Prainha
4. IPN | Cemitério dos Pretos Novos
5. MUHCAB - Museu da História e Cultura Afro-Brasileira
6. Casa da Tia Ciata
7. Matriz de Santa Rita
8. Galpão Docas André Rebouças
9. Jardim Suspenso do Valongo
10. Praça da Harmonia
11. Largo do Depósito/Praça dos Estivadores
12. Centro de Cultura Única
13. Quilombo Cultural Casa do Nando
14. Espaço Aberto de Cultura
15. A.R.E.S. Vizinha Faladeira
16. Casa de Mistérios
17. Quitutes da Luz
18. Casa Omolokum
19. Casa Porto
20. Tendinha.Co
21. Bafo da Prainha
22. Angu do Gomes
23. Comezinho Bar
24. Pequeno Museu Carioca
25. Gratto Restaurante e Bar
26. Armazém Zero 4
27. Bar da Dulce
28. Sakode na Chapa
29. Gracioso
30. Da Pedra Bar e Restaurante
31. G&G Gourmet
32. Tenda Nômade
33. Maravilha Da Praça
34. Kalesa Bar Lindy's
35. Recanto Dos Sabores
36. As Pimentas
37. Mississippi Delta Blues
38. Bar Da Jura
39. Centro Cultural Pequena África
40. Afoxé Filhos de Gandhi

### CAPÍTULO III

## APONTAMENTOS SOBRE A LEGISLAÇÃO RELATIVA À PEQUENA ÁFRICA

“(…) Se os nobres desta terra, empanturrados,  
Em Guiné têm parentes enterrados,  
E, cedendo à prosápia, ou duros vícios,  
Esquecendo os negrinhos seus patrícios,  
Se mulatos de cor esbranquiçada,  
Já se julgam de origem refinada,  
E curvos à mania que domina,  
Desprezam a vovó que é preta-mina: -  
Não te espantes, ó Leitor, da novidade,  
Pois tudo no Brasil é raridade! (...)”

(Luís Gama, Sortimento de gorras (pra gente de grande tom) in Primeiras trovas burlescas de Getulino, 1859)

Luiz Gama é o autor homenageado na epígrafe deste capítulo. Na sua missão de libertar e garantir o direito dos escravizados, valeu-se de uma “brecha” no próprio sistema escravista: a Lei de 7 de novembro de 1831 que extinguiu o tráfico negreiro, garantindo que aqueles trazidos para o Brasil depois desta data seriam considerados livres.

Ele nasceu de mãe escrava e pai branco, foi escravizado aos 10 anos e permaneceu analfabeto até os 17 anos. Mais tarde dedicou-se com afinco e gratuitamente a libertar pessoas escravizadas de várias províncias do Brasil.

Mesmo não sendo diplomado, era advogado autodidata com grande cultura jurídica e possuía uma provisão, documento que autorizava a prática do direito, dada pelo Poder Judiciário do Império.

Em 2015, a Ordem dos Advogados do Brasil concedeu o título de advogado a Luiz Gama, reconhecendo a sua importância como jurista. Em 2018 recebeu o título de “Patrono da Abolição da Escravidão no Brasil” e teve seu nome inscrito no livro dos heróis da pátria. Justa homenagem para o advogado da liberdade.

A lembrança de Luiz Gama num contexto de um trabalho sobre a Região da Pequena África remete ao entendimento da relevância da Legislação como um conjunto de leis que regulariza determinada matéria ou ciência, ou ainda um conjunto de leis que organiza a vida de um país, estabelecendo condutas e ações aceitáveis ou recusáveis de um indivíduo, de grupos, instituição, empresa, entre outros.

Portanto, conhecer as leis vigentes é de extrema importância, pois elas nos dizem quais os direitos e deveres que possuímos como cidadãos integrantes de um Estado Democrático de Direito.

A ordem jurídica vigente, com suas regras e limites, é fundamental, pois nos permite saber até onde podemos ir, colaborando para que nos sintamos mais seguros e confiantes.

O conhecimento de leis e decretos que cria a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro e estabelece suas competências, o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana e o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do circuito, ou a rede afro-carioca de turismo de base comunitária “Rio: A Pequena África Brasileira”, entre outras iniciativas, projetos e zonas de ocupação nos permitirão conhecer nossos limites de atuação.

A partir do levantamento da legislação pertinente à Pequena África, realizado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro e compartilhado com os integrantes do GTT, fizemos uma síntese de cada lei ou decreto e as apresentamos em ordem cronológica nesta terceira entrega.

Cientes de que a lei não restringe nossa criatividade e proatividade e sim nos permite estudar, aprender e refletir sobre nossas futuras propostas, apresentamos a seguir o estudo realizado. Sigamos em frente, portanto!

#### **1. LEI Nº 971 DE 4 DE MAIO DE 1987**

**Institui a Área de Proteção Ambiental (APA) constituída por logradouros dos bairros de Santo Cristo, Saúde, Gamboa e Centro, na I e II Regiões Administrativas.**

Nesta lei são definidas as Subáreas de Preservação Ambiental A, B, C, D, nas quais as licenças para obras e edificações, incluindo remembramentos e parcelamentos de lotes ou terrenos, serão concedidas por órgãos municipais.

Além disso é determinado o prazo 180 dias para o Poder Executivo:

- elaborar o Projeto de Alinhamento unificado para a Área, mantendo-se os alinhamentos existentes e fixando-se critérios específicos de preservação ambiental para cada Subárea de Preservação Ambiental, de acordo com o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro;

- fazer revisão do zoneamento dos logradouros que integram a APA, para adequar usos, atividades, tipos e condições das edificações atuais às características que a compõem.

E de 30 dias para o Poder Executivo:

- constituir GT que estudará regulamentação desta Lei, definindo quantos representantes e quais entidades integram o mesmo;

- constituir um Escritório Técnico com participação para auxiliar e orientar moradores na preservação e reconstituição dos imóveis da APA, bem como elaborar projetos e programas de logradouros públicos da área em questão.

Até a regulamentação dessa Lei ficou suspensa a concessão de alvará de licença para estabelecimentos comerciais, industriais, serviços cujas atividades não atendam diretamente às necessidades dos moradores da APA. Entretanto, a partir do dia 14 de janeiro de 1988 a presente lei é regulamentada pelo Decreto Nº 7.351/88.

## **2. DECRETO Nº 7.351 DE 14 DE JANEIRO DE 1988**

**Regulamenta a Lei nº 971, de 4 de maio de 1987, que instituiu a Área de Proteção Ambiental (APA) em parte dos bairros da Saúde, Santo Cristo, Gamboa e Centro.**

O decreto mapeia toda a área citada, relatando cada atividade existente e os devidos imóveis preservados pela APA. Nas subáreas definidas, as licenças para obras e edificações, assim como para remembramentos e parcelamentos de lotes ou terrenos,

só acontecem mediante autorização dos órgãos competentes do Município, evitando ocupações e construções aleatórias e sem o devido controle.

O objetivo foi manter os alinhamentos existentes e criar critérios para preservação ambiental de cada espaço ali englobado, revisando os já existentes para se adequarem os usos às atividades mapeadas e existentes em cada localidade.

Portanto, a preocupação com espaços do que hoje é chamada de Pequena África, assim como de outros espaços do Centro da cidade do Rio são antigas e precisam realmente estar em acordo com o definido no decreto.

As citadas no decreto serão a Área Central 1 (AC-1), Área Central 2 (AC-2), Zona Residencial 3 (ZR-3) e Zona Residencial 5 (ZR-5), sendo que:

- Uso residencial será adequado em toda a área, mas os usos industrial, comercial e de serviços terão delimitação na forma do Anexo 3 do decreto;
- São definidas especificações de altura das edificações, assim como taxas de ocupação máxima, dividindo a área em 5 partes;
- Ficam proibidas as demolições e obras que venham descaracterizar fachadas, telhados ou a parte externa das edificações das 5 subáreas;
- A transformação de uso e novas construções deverão ser previamente aprovadas pelo Departamento-Geral de Patrimônio Cultural, da Secretaria Municipal de Cultura.
- Em caso de pintura e quaisquer outros reparos, para os quais, normalmente, não é exigida a apresentação de projeto, será obrigatória a apresentação de fotografia no tamanho mínimo de 9x12 cm, com o esquema das alterações a serem feitas.

- Em caso de demolição não licenciada ou de sinistro poderá o órgão mencionado no artigo anterior estabelecer a obrigatoriedade de reconstrução da edificação, mantidas as suas características originais.
- As condições de uso e ocupação que não estiverem expressamente reguladas pelo decreto deverão obedecer ao disposto no Regulamento de Zoneamento aprovado pelo Decreto nº 322, de 3 de março de 1976, e nos Regulamentos aprovados pelo Decreto “E” nº 3800, de 20 de abril de 1970.
- Constitui o Escritório Técnico do Projeto Sagas, com a participação do Instituto Municipal de Arte e Cultura – RIOARTE, na estrutura do Departamento-Geral de Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, para auxiliar e orientar a comunidade na preservação e reconstituição dos imóveis da Área de Proteção Ambiental (APA) instituída pela Lei nº 971, de 4 de maio de 1987, bem como para elaborar projetos e programas de recuperação dos logradouros públicos que a compõem;

### 3. LEI COMPLEMENTAR Nº 101 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009

**Modifica o Plano Diretor, autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio.**

Esta LC institui a **Operação Urbana Consorciada - OUC** da região do Porto do Rio de Janeiro, na **Área de Especial Interesse Urbanístico – AEIU**, que compreende um conjunto de intervenções coordenadas pelo Município e demais entidades da Administração Pública Municipal, com a participação de proprietários, moradores, usuários e investidores, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental de parte das Regiões Administrativas contempladas por esta região.

O término desta operação ocorrerá quando estiverem concluídas todas as intervenções previstas no programa básico de ocupação da área, não podendo ultrapassar o prazo de 30 (trinta) anos após a publicação desta LC.

A Operação Urbana Consorciada teve por finalidade promover a reestruturação urbana da AEIU, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da região do Porto, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região.

Para este fim, os seguintes princípios deveriam ser seguidos:

- priorização do transporte coletivo;
- valorização da paisagem urbana e do patrimônio material e imaterial;
- atendimento econômico e social da população local;
- integração da área com a área central da Cidade e o estímulo ao uso residencial;
- transparência do processo decisório e controle social;
- regularização fundiária urbana nos imóveis de interesse social.

**As diretrizes da OUC são:**

- promover investimentos em infraestrutura e reurbanização; implementar melhorias das condições ambientais;
- integrar a orla marítima do cais da Gamboa à área central da Cidade do Rio de Janeiro;
- possibilitar a recuperação de imóveis de relevância para o Patrimônio Cultural e a criação de circuito histórico-cultural;
- capacitar tecnicamente a área de turismo e hotelaria;
- estimular o uso residencial e atividades de ensino;
- estimular a atividade de transporte marítimo de passageiros;
- propiciar a criação de equipamentos públicos e áreas de lazer;

- incentivar a recuperação de imóveis ocupados para a melhoria das condições de moradia da população residente;
- estimular as atividades de geração de trabalho e renda;
- incentivar a restauração e reconversão, para usos compatíveis com seus objetivos, de imóveis de valor histórico e/ou relevante interesse como o Palacete D. João VI, o prédio “A Noite”, o prédio do Touring Club, o prédio da Estação Marítima de Passageiros (ESMAPA), os armazéns de 1 a 6 do Cais do Porto, o prédio da Imprensa Nacional, o prédio do Terminal Mariano Procópio, o depósito da Biblioteca Nacional e outros, entre outras ações.

#### **4. LEI COMPLEMENTAR Nº 102 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009**

**Cria a CDURP (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro).**

A CDURP é pessoa jurídica constituída e controlada pelo Poder Público Municipal, criada em 23/11/2009 na modalidade sociedade de economia mista, cujas finalidades são:

- Promover o desenvolvimento da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária;
- Gerir a implementação de concessões ou outras formas de associação, parcerias, ações e regimes legais que contribuam para o desenvolvimento do Porto;
- Gerir os ativos patrimoniais a ela transferidos pelo município;
- Gerir os serviços de interesse local e os serviços públicos de competência municipal, como paisagismo, limpeza urbana, iluminação pública etc.

Para cumprir seus objetivos, a CDURP poderá:

- Celebrar, de forma isolada ou não, os contratos, convênios ou autorizações que tenham por objeto a elaboração de estudos que contribuam para a execução do



seu objeto social, a instituição de concessões e a locação, arrendamento, concessão de direito real de uso, direito de superfície ou outra modalidade, de instalações e equipamentos ou outros bens móveis ou imóveis, localizados ou vinculados à Área de Especial Interesse Urbanístico – AEIU do Porto;

- Participar como cotista de um ou mais fundos de investimentos, devidamente qualificados pela CVM;
- Assumir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes dos contratos firmados com a Administração Direta e Indireta do município, do Estado do Rio de Janeiro ou da União.
- Contratar com a Administração Direta ou Indireta do município a locação ou arrendamento de instalações e equipamentos de bens móveis ou imóveis localizados na região portuária;
- Contrair empréstimos e emitir títulos;
- Contratar seguros e prestar garantias legais;
- Promover desapropriações na AEIU do Porto, quando julgar necessário;

Aplica-se à CDURP toda legislação que rege as atividades da administração pública indireta, inclusive o controle externo exercido pela Câmara Municipal e Tribunal de Contas.

## **5. DECRETO Nº 34.803 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Dispõe sobre a criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana e o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do circuito.**

Este decreto cria o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, delimitado conforme ANEXO I do mesmo e inclui os seguintes espaços vinculados à história e à cultura afro-brasileira:

- I - Centro Cultural José Bonifácio;

II - Cemitério dos Pretos Novos (Instituto Pretos Novos);

III - Cais do Valongo e da Imperatriz;

IV - Jardins do Valongo;

V - Largo do Depósito; e

VI - Pedra do Sal.

Além disso, também institui o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana com o objetivo apresentar em 30 dias o recorte conceitual, histórico cultural, de abrangência do circuito e sua delimitação territorial, sendo que a coordenação do Grupo de Trabalho ficou a cargo do Subsecretário do Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design do Gabinete do Prefeito.

O decreto estabeleceu o prazo de 30 dias para o GT apresentar o recorte conceitual, histórico-cultural, de abrangência do circuito e sua delimitação territorial, citando os 13 membros que o integraram e as instituições as quais estavam representando.

Ao final dos trabalhos, o Grupo de Trabalho teve que publicar suas conclusões no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro.

#### **6. LEI Nº 5.820 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014**

**Inclui o Dia da Lavagem Simbólica do Cais do Valongo no Calendário Oficial da Cidade consolidado pela Lei nº 5.146/2010.**

O Dia da Lavagem Simbólica será no primeiro sábado de julho.

#### **7. LEI Nº 7.741 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017**

**Considera patrimônio histórico e cultural do estado do Rio de Janeiro para fins de preservação da memória da diáspora africana o sítio arqueológico, Cais do Valongo.**

Esta lei torna o Sítio Arqueológico Cais do Valongo um patrimônio histórico e cultural com o reconhecimento de sua importância na história dessa cidade, protegendo o espaço de obras que possam interferir na sua história.

Além de tornar possível parcerias para que o turismo educativo seja realidade num espaço tão rico e pouco explorado educacionalmente.

#### **8. LEI 8.105 DE 20 DE SETEMBRO DE 2018**

**Cria o Circuito Histórico e Arqueológico da Pequena África e incentiva a criação de circuitos que abranjam os caminhos da diáspora africana pelo estado do Rio de Janeiro.**

Esta lei tornou oficial a existência do circuito, possibilitando a inclusão de novos espaços e/ou localidades e a utilização de sinais gráficos para organizar essa rota interna, tornando tal circuito possível, educativo e pautado numa organização histórico-cultural.

A delimitação das áreas de abrangência do circuito foi feita através de um “Grupo de Trabalho Curatorial”, com membros fixos e convidados do “Projeto Museológico a Céu Aberto”.

Os espaços delimitados por essa lei, mas passíveis de novas inclusões são descritos no anexo I e II, com breve relato de suas importâncias para a diáspora africana.

#### **9. TOMBAMENTO DO CAIS DO VALONGO PELO INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL (INEPAC)**

Relacionado a este tombamento apenas foi encontrado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 16 de novembro de 2018 um Expediente do governador do dia 5 de novembro de mesmo ano, por meio do processo nº E-18/001/100095/2018, fazendo referência ao artigo 5º do Decreto Estadual nº 5.808/1982, reconhecendo interesse público no tombamento provisório do Cais do Valongo e seu entorno, localizado na Praça Jornal do Comércio, no bairro da Saúde.

No dia 03 de dezembro de 2018 aparece no Diário Oficial do Estado um edital do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) notificando proprietários e demais interessados sobre o estabelecimento de área de tutela para proteção da ambiência os imóveis localizados na avenida Barão de Tefé e rua Sacadura Cabral, conforme a relação a seguir:

- Avenida Barão de Tefé - imóveis nº 103/91 (hotel Barão de Tefé), nº 75 (antiga Docas D. Pedro II), nº 71 (Hospital Pró-Matre), nº 76 (lateral do Hospital dos Servidores), e nº 74;
- Rua Sacadura Cabral - Trecho da rua que compreende o intervalo de números 163 ao 227.

#### **10. LEI COMPLEMENTAR Nº 229 DE 14 DE JULHO DE 2021**

**Institui o Programa Reviver Centro, que estabelece diretrizes para a requalificação urbana e ambiental, incentivos à conservação e reconversão das edificações existentes e à produção de unidades residenciais na área da II Região Administrativa - II R.A., bairros do Centro e Lapa, autoriza a realização de operação interligada e dá outras providências.**

Os principais objetivos são:

- Aproveitar a infraestrutura urbana e as edificações existentes na Região Central, contribuindo para a redução do déficit habitacional na Cidade para a população de baixa renda;

- Aumentar a população residente na Centro da Cidade;
- Promover a transformação de uso das edificações existentes para o uso residencial multifamiliar ou misto;
- Possibilitar novas formas de utilização dos imóveis degradados ou subutilizados, priorizando o uso residencial e misto;
- Reverter o processo de esvaziamento de edifícios comerciais, permitindo a reconversão de suas unidades em residenciais;
- Estabelecer condições específicas para os imóveis vazios e subutilizados, considerando a necessária consolidação da ocupação na região;
- Criar condições para a implementação de programa de locação social;
- Promover a conservação, requalificação e ativação dos bens protegidos pela legislação de patrimônio cultural;
- Qualificar os espaços públicos, através da conservação e reurbanização;
- Implementar ações de mobilidade sustentável e limpa, ancorado na utilização do transporte público ativo;
- Afirmar e fomentar a diversidade cultural através de programa que promova a conservação crítica dos monumentos, visando à educação cidadã e à compreensão atual dos fatos históricos da escravidão, eugenia, racismo, violência contra os direitos humanos e opressão da liberdade que atingiram populações negras, indígenas, LGBTQIA+ e minorias sociais;
- Implementar o Distrito do Conhecimento do Centro, com o intuito de atrair novos negócios dos setores culturais, criativos e de inovação;
- Implementar o patrulhamento de vinte e quatro horas de circulação de agentes da Guarda Municipal.

A Reconversão e conservação das edificações existentes e produção de habitação é o conjunto de intervenções realizadas com o intuito de aproveitar a

estrutura e *volumetria* existentes, dando-lhes nova função ou uso, promovendo sua reintegração à realidade econômica e social em que estão inseridas. Ações necessárias:

- área mínima útil para as unidades residenciais;
- acessos e circulações independentes para os diferentes usos da edificação;
- local para a guarda de bicicletas; instalação de gás canalizado;
- reservatórios para o escoamento e o reuso das águas pluviais, entre outras.

#### **Novas Edificações Residenciais e Mistas:**

- Estarão isentas de atendimento aos parâmetros de Taxa de Ocupação -TO, número mínimo de vagas de estacionamento, tipologia da edificação, acessos e circulações independentes para os diferentes usos da edificação etc.;
- Deverão destinar, no mínimo, sessenta por cento da Área Total Edificada (ATE) para o uso residencial;
- As novas edificações residenciais multifamiliares ou mistas que destinarem no mínimo vinte por cento de suas unidades para o Programa de Locação Social, deverão fazer parte do Programa no mínimo trinta anos. Essas unidades serão, em momento oportuno, sorteadas.

#### **Conservação do Patrimônio Cultural:**

- Serão criados incentivos na forma de benefícios, programas, projetos e ações municipais visando à conservação do patrimônio cultural das áreas incluídas nesta Lei Complementar;
- Fica instituído o Programa de *Locação Social*, como instrumento integrante da Política Habitacional do Município, no intuito de *produzir e ofertar imóveis para aluguel adequados às necessidades e renda do público alvo e atrair população residente como forma de ativar o caráter residencial da área*, entre outros objetivos;

- Fica instituído o Programa de *Moradia Assistida*, destinado a famílias de baixa renda;
- Fica instituído o Programa de *Autogestão*, com os seguintes objetivos: garantia de acesso à cidade e moradia digna para população de baixa renda; estímulo à produção social da moradia; elevação dos padrões de construção e melhoria da qualidade habitacional; desenvolvimento dos empreendimentos de forma ambientalmente sustentável, entre outros.

A despeito da importância de se revitalizar o Centro da Cidade e (re)converter os antigos imóveis comerciais em residenciais e/ou mistos, o grande foco do programa é de caráter social. Isso fica bem claro logo no início do texto da Lei quando diz "*(...)aproveitar a infraestrutura urbana e as edificações existentes na Região Central, contribuindo para a redução do déficit habitacional na Cidade para a população de baixa renda.*"

Desta forma, cria oportunidades para o deslocamento de grande parte da população que vive em condições precárias de moradia e promove o desenvolvimento econômico da Região Central, pois favorece o investimento de empresários em novos postos de trabalho em virtude da retomada do fluxo comercial e humano nesta parte da cidade.

Por outro lado, ao revitalizar a Região Central, o poder público também favorece a reativação de equipamentos culturais desativados ou subutilizados em função do isolamento social provocado pela pandemia de COVID-19. Como exemplo, podemos citar o Corredor Cultural da Praça XV, que abarca o Paço Imperial, o Palácio Tiradentes, a Orla da Marinha, o Espaço Cultural dos Correios, entre outros.

Em decorrência deste movimento, há a possibilidade de instalação de novos bicicletários e ciclovias na região, favorecendo o deslocamento da população através de meios de transporte condizentes com a "mobilidade sustentável e limpa" preconizada na Lei.

Finalmente, destacamos o trecho do texto que mostra a importância para a requalificação da Região Central como polo de atração de investimentos e infraestrutura para a consecução dos objetivos das legislações pertinentes às mudanças que se pretende realizar:

*"Afirmar e fomentar a diversidade cultural através de programa que promova a conservação crítica dos monumentos, visando à educação cidadã e à compreensão atual dos fatos históricos da escravidão, eugenia, racismo, violência contra os direitos humanos e opressão da liberdade que atingiram populações negras, indígenas, LGBTQIA+ e minorias sociais."*

Destacamos, porém, da Seção III, o **art. 50**, que não constava na redação do Projeto de Lei, pois foi acrescentado durante a tramitação na Câmara Municipal e instituiu o **"Distrito da Vivência e Memória Africana no Rio de Janeiro"**, objetivando, em linhas gerais:

- garantir o reconhecimento e preservação dos espaços vinculados à cultura africana e afro-brasileira da Pequena África;
- garantir reestruturação do Patrimônio Nacional localizado na Pequena África nas políticas urbanísticas da Cidade do Rio de Janeiro;
- atrair novos investimentos para a área;
- fomentar e promover incentivos para a manutenção dos negócios existentes;
- estabelecer um ecossistema dinâmico;
- incentivar a atividade turística na região.

É importante ressaltar que não são estabelecidas nesta lei a delimitação e as condições de implantação do referido "Distrito de Vivência e Memória Africana", pois devem ser regulamentadas por ato do Poder Executivo.



**11. DECRETO RIO Nº 49.943 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021**

**Dispõe sobre o Círculo do Valongo como grupo permanente do Cais do Valongo e Pequena África, e dá outras providências.**

O presente decreto institui o Círculo do Valongo, um grupo consultivo, com caráter multidisciplinar, formado por entidades de administração pública e sociedade civil, ligadas aos movimentos afro e afro-brasileiros.

Os objetivos do Círculo do Valongo são:

- propor diretrizes para ações do Plano gestor e monitorar as ações de salvaguarda do Cais do Valongo e da Pequena África;
- implementar projetos na região;
- promover a articulação entre as três esferas governamentais, aperfeiçoando e potencializando a gestão;
- identificar, reconhecer, ampliar o mosaico de territórios de matriz africana da cidade do Rio de Janeiro para o estabelecimento de políticas públicas.

O Círculo é constituído por conselhos distribuídos em 3 outros círculos, compostos por entidades, havendo detalhamento quanto à formação, periodicidade, titularidade e suplência, comunicação, reuniões, ausência de honorários entre outras informações.

No Anexo I do Decreto RIO Nº 49943 DE 08/12/2021, consta a figura a seguir, que ilustra e resume a formação do Círculo Do Cais Do Valongo E Pequena África:

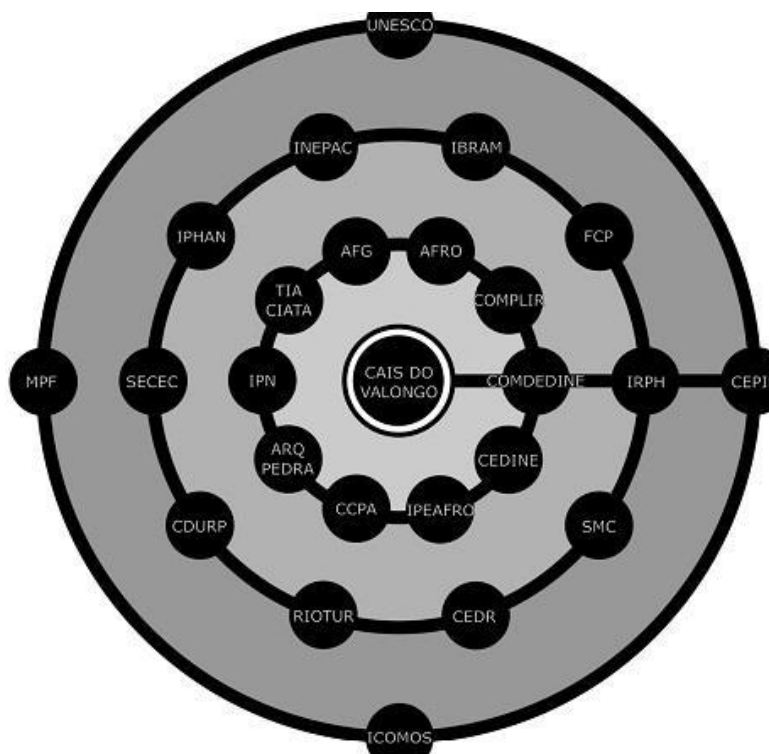


Figura 2: Círculo do Valongo

## 12. DECRETO RIO Nº 50.531 DE 31 DE MARÇO DE 2022

**Cria a Rede Afro-Carioca de Turismo - Rio: a Pequena África Brasileira e dá outras providências.**

Este decreto é o instrumento legal para organizar, institucionalizar, fomentar e consolidar circuitos geoturísticos de base comunitária e afro-centrados na cidade do Rio de Janeiro.

A **Rede Afro-Carioca de Turismo - Rio: a Pequena África Brasileira** é constituída por roteiros geoturísticos de:

- *terreiros;*
- *gastronomia afro-brasileira;*
- *quilombos;*
- *rodas de samba;*

- *favelas e comunidades;*
- *grupos e centros de capoeira;*
- *grupos e centros de danças afro-brasileiras;*
- *maracatu;*
- *artes visuais;*
- *cinema e teatro;*
- *arquitetura;*
- *territórios;*
- *blocos carnavalescos afro-brasileiros;*
- *escolas de samba;*
- *grupos e coletivos de funk;*
- *literatura;*
- *rodas de rima.*

A governança para realização dos roteiros geoturísticos caberá, conjuntamente, à Secretaria Municipal de Governo e Integridade Pública - SEGOVI, à Coordenadoria de Diversidade Religiosa - GP/CDR , à Secretaria de Turismo - SETUR e à Empresa Municipal de Turismo - RIOTUR.

Principais objetivos e finalidades:

- Estimular a geração de renda e a profissionalização das comunidades;
- Identificar e mapear pontos de interesse turístico e agentes de turismo;
- Descentralizar o fluxo turístico do circuito tradicional, direcionando-o para áreas periféricas;
- Inserir a cidade do Rio de Janeiro nos cenários turísticos nacional e internacional como a capital da Pequena África, em razão de, em seu território, dispor de símbolos como o Cais do Valongo - patrimônio da humanidade, a Pedra do Sal e o Cemitério dos Pretos Novos.

O ingresso na Rede Afro-Carioca de Turismo - Rio: A Pequena África Brasileira ocorrerá por meio de cadastro dos interessados e posterior análise para deferimento.

## CAPÍTULO IV

### PLANO DE AÇÃO

Como ponto de partida deste Plano de Ação, tomamos por base o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro 2021-2024 em duas iniciativas pontuais que estão inseridas no **Eixo Igualdade e Equidade**:

1. **Iniciativa estratégica "Fortalecimento da agenda antirracista e promoção da igualdade racial"** (página 165), tendo como justificativa a criação do PROJETO CULTURA NEGRA CARIOCA, que tem o objetivo de retomar o fomento direto aos programas de ações locais, promovendo práticas, atividades e projetos capazes de transformar positivamente seus territórios e comunidades com cotas prioritárias para as manifestações e linguagens culturais que reconheçam a cultura negra, especialmente ações de valorização do legado Pequena África, símbolo da resistência da cultura negra no Rio de Janeiro. Além disso, faz parte a criação de um calendário turístico de base comunitária para ampliar as atividades de conscientização e conhecimento, contribuindo para o fortalecimento da agenda da igualdade racial na cidade; e
2. **Iniciativa estratégica "Rio - Cidade de cultura"** (página 171), que prevê a criação de ZONAS DE CULTURA em áreas periféricas da cidade, atuando como pólos articuladores de suas regiões e gerando oportunidades para artistas, criadores, empreendedores e diversos trabalhadores da cultura. Para a população local e turistas será uma oportunidade de vivenciar e experimentar outras regiões da Cidade do Rio de Janeiro até pouco tempo desconhecidas das grandes rotas de turismo. As zonas de cultura terão equipamentos culturais sofisticados convivendo com pequenos empreendedores da cultura. Dentre as três zonas de cultura previstas, a do Valongo, *maior zona de cultura preta e africana do Brasil*, traz a possibilidade de reforma e/ou ampliação de equipamentos culturais ociosos ou subutilizados para receber multilinguagens,

do clássico ao popular, da memória ao contemporâneo, funcionando como articuladores das zonas de cultura. Nesse sentido, terá *wifi* gratuito para os seus frequentadores, além de uma programação local que atenda a demanda de artistas, criadores e população local, que estarão conectados com toda a política cultural da cidade.

3. **Metas estratégicas:** Em conformidade com o Plano Estratégico, podemos alinhar 4(quatro) metas estratégicas que vão ao encontro do Plano de Ação deste GTT:

- (A) **MI18** - Fomentar oportunidades para a população negra, beneficiando diretamente a população afrodescendente até 2024, por meio de *capacitações, rede de negócios e ações afirmativas*, contribuindo para o fortalecimento da agenda antirracista e da igualdade racial na cidade;
- (B) **MI22** - Atingir 3(três) milhões de pessoas com a criação das Zonas de Cultura até 2024, como foi dito acima;
- (C) **MI23** - Territorializar o fomento, aumentando a proporção de projetos investidos nas Zonas Norte e Oeste e territórios periféricos cariocas, de forma que correspondam ao total de 50% dos projetos contemplados até 2024;
- (D) **MI24** - Apoiar a realização de 200 festivais e eventos de Arte e Cultura até 2024, para impulsionar a imagem do Rio de Janeiro como capital cultural e referência nacional e internacional de programação cultural.

A ferramenta de análise do cenário conjuntural que selecionamos foi a Matriz SWOT/FOFA, que representa visualmente as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças na forma de quatro quadrados que se unem para criar um quadrado maior. Esses elementos regem a implementação do nosso plano de ação para ativação cultural e econômica da Pequena África.

A análise SWOT é uma ferramenta que visa identificar oportunidades, coletar informações e registrar perguntas que levam à tomada de decisão. Além disso, serve como fonte de consulta posterior e análise de padrões que possam surgir.

A construção do Plano de ação foi baseada inicialmente em um Brainstorming com todos os componentes do GTT, quando então foram selecionadas as ideias com maior viabilidade e aplicabilidade.



Figura 3: Matriz SWOT/FOFA

Fonte: <https://blog.runrun.it/matriz-swot/>

## 1. *Place Branding* e *Place Marketing*

### 1.1. Justificativa:

O método do *Place Branding* tem, em sua essência, a proposta de fazer com que a população de determinada região consiga valorizar mais determinadas localizações, devido, principalmente, à sensação de identidade e de pertencimento. Depende, portanto, de uma fase de estudos e criação do conceito, pesquisas, enfim, um trabalho prévio em subprocessos, em abordagem interdisciplinar. E a médio prazo é que haverá a percepção de

impacto. Sendo a Região da Pequena África marcada por uma forte identidade histórica e cultural, a proposta de *Place Branding* se justifica pelo potencial fomento desta identidade e sua incorporação numa rede de associações para interligar produtos, espaços, organizações, pessoas e estilo de vida e alavancar o desenvolvimento turístico e econômico local.

**1.2. Pontos fortes:**

- Forte identidade histórica e cultural;
- Atores sociais engajados;
- Aumento da visibilidade nos últimos anos;
- Pertencimento ao Porto Maravilha;
- Melhoria de transporte público para a região como VLT;
- Variedade de opções gastronômicas;
- Vida noturna movimentada;
- Interesse pelo Rio de Janeiro como destino turístico (visitantes do Brasil e exterior).

**1.3. Pontos fracos:**

- Desordem pública;
- Segurança pública;
- Precário ordenamento legal de estabelecimentos comerciais;
- Rede hoteleira local insuficiente.

**1.4. Oportunidades:**

- Incremento do turismo local;
- Incremento do setor hoteleiro;
- Aquecimento da economia local;



- Aproximação da população local;
- Melhoria da qualidade de vida dos moradores.

### 1.5. Ameaças:

- Dificuldades legais para estabelecimento da marca Pequena África, a serem definidas pelos órgãos competentes;
- Indiferença da população local;
- Falta de compromisso da gestão pública;
- Desconfiança dos atores sociais.
- Contratação de empresas especializadas em *Place Branding*.

### 1.6. Proposta de Plano de Ação

Item	Atividades	Responsável	Observações
1	Elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa responsável pela elaboração do <i>Branding</i> da Pequena África	CDURP	
2	Realização de licitação para contratação da empresa responsável pelo <i>branding</i>	CDURP	
3	Análise local	Empresa contratada	Percepção dos residentes e não residentes
4	Caracterização e criação da identidade e da vocação da Pequena África	Empresa contratada	Compreensão de como as pessoas se comportam, o que elas precisam e como a vida local pode melhorar
5	Aumento da comunicação para gerar atenção para a marca Pequena África e envolvimento da população local	Empresa contratada	Marketing
6	Integração do processo de <i>place branding</i> às políticas locais	Empresa contratada	Plano de gestão compartilhada
7	Estabelecimento de metas de curto, médio e longo prazo	Empresa contratada	Monitoramento e gestão de dados

## **2. Incubadora de projetos e mapeamento de afroempreendedores e guias turísticos.**

### **2.1. Justificativa:**

Partindo do pressuposto de que a Pequena África é um terreno fértil para a criação e/ou ampliação de empreendimentos afrocentrados (“afroempreendedorismo”), haja vista a existência de uma rede de empreendedores de produtos/serviços de temática afro-brasileira e dos guias turísticos que já atuam na região, muitas vezes de modo informal, vemos a necessidade de se organizar um coletivo de afroempreendedores locais para que possam, entre outras ações:

- a) Ter acesso a oportunidades de intercâmbio e negócios com as agências de turismo do entorno, com vistas a futuras parcerias comerciais;
- b) Legalizar os seus empreendimentos, com vistas a movimentação da economia local e a consequente arrecadação de tributos pelos cofres públicos, além de obterem todos os benefícios oriundos da regulamentação do seu exercício profissional;
- c) Ter visibilidade para que sejam conhecidos por toda a população, através de um mapeamento on-line dos trabalhadores que fazem parte dessa rede.

### **2.2. Pontos fortes:**

- Fomento à produção cultural e artística na região;
- Mapeamento de guias turísticos e afro-empreendedores que já atuam na cidade, mesmo que informalmente;
- Movimentação da economia criativa, através da criação de novos postos de trabalho nas áreas de Gastronomia, Turismo e Produção Cultural.

### **2.3. Pontos fracos:**

- Falta de interesse dos artistas locais pelo empreendimento;
- Aporte insuficiente de recursos para manutenção do espaço;

### **2.4. Oportunidades:**

- Atração de pequenos empreendedores locais para discussão de propostas e melhores práticas de atuação;
- Criação de um espaço de fomento à produção da cultura local;
- Cadastramento dos produtores culturais, artistas e guias turísticos da região para composição de um banco de dados;
- Aumento da visibilidade dos agentes culturais da Pequena África.

### 2.5. Ameaças:

- Dificuldade de articulação entre os empreendedores locais;
- Descontinuidade do projeto por falta de apoio do poder público;
- Centralização dos projetos e discussões em uma única iniciativa;
- Guias turísticos informais que não atendam às exigências burocráticas da profissão.

### 2.6. Proposta de Plano de Ação

Item	Atividades	Responsável	Observações
1	Articulação do poder público com os agentes culturais e guias turísticos da região	CDURP	Levantamento de atores sociais e ações de ativação cultural e turística da região
2	Criação de uma base de dados de domínio público para encaminhamento de demandas do setor de turismo	CDURP	Organização do coletivo de afroempreendedores em grupos de interesse (guias turísticos, vendedores de acarajé, tranceiros, artesãos, entre outros)
3	Divulgação da base de dados para os empresários e para a população em geral	CEPIR/SMDEIS	Ampliação da rede de contatos e oportunidades de trabalho para afroempreendedores
4	Criação de um espaço de interlocução com os agentes culturais do território para o fomento de iniciativas voltadas ao crescimento da economia criativa na região	Coletivo de agentes culturais e artistas/empresários locais	Permitir que os artistas, agentes culturais e empresários da região se reúnam, presencial ou virtualmente, para a discussão de assuntos pertinentes à produção cultural no território

## 3. Implantação de sinalização de orientação turística

### 3.1. Justificativa:

Para dar visibilidade às atrações da região é indispensável uma sinalização para suas principais atrações. O uso de placas de trânsito é fundamental para orientar e informar os cidadãos sobre os pontos de atração de uma cidade. Além de informar os usuários sobre a existência e localização de atrativos turísticos e de outros referenciais, a sinalização turística pode orientar sobre os melhores percursos de acesso e, ao longo desses, sobre a distância a ser percorrida para se chegar ao local pretendido. Ao caminhar pela Pequena África não encontramos indicação de direções para se chegar a importantes atrações como o MUHCAB, o Instituto de Pretos Novos, Casa da Tia Ciata, etc.

### **3.2. Pontos fortes:**

- Elemento propulsor para a permanência e consumo de atrativos e equipamentos turísticos na região;
- Influência na experiência turística e na percepção de qualidade do destino a ser visitado;
- Orientação para o deslocamento numa localidade na qual a maioria da população carioca e turistas ainda não estão habituados;
- Melhor aproveitamento da visita à região;
- Divulgação de atrações desconhecidas pela maior parte da população carioca e turistas;
- Reconhecimento e entendimento de obstáculos e perigos que possam existir no caminho até a atração turística desejada;
- Desenvolvimento responsável do turismo.

### **3.3. Pontos fracos:**

- Burocracia para realizar licitações para implementação de um projeto de sinalização;
- Possível inexistência de planejamento do conjunto de sinalização turística e estudos de viabilidade;
- Baixo investimento em sinalização turística;
- Falta de verba para execução do projeto;

- Alto custo de implementação.

#### 3.4. Oportunidades:

- Visibilidade e reconhecimento para as principais atrações e atores sociais;
- Orientação aos cidadãos para conhecerem atrações ainda pouco divulgadas;
- Incentivo à visitação a atrações ainda pouco conhecidas de cariocas e turistas;

#### 3.5. Ameaças:

- Desinteresse da Administração Pública;
- Necessidade de avaliação conjunta com as entidades e atores sociais dos principais pontos turísticos da região e suas características, para serem apontados dentro dos sistemas de sinalização;
- Descontentamento de certos atores sociais não contemplados em projeto para sinalização;
- O não entendimento por parte do poder público de que a sinalização turística vai além da colocação de placas e outros objetos sinalizadores simbólicos;
- Ausência de planejamento na instalação das placas pode prejudicar os deslocamentos dos turistas, assim como dos próprios moradores.

#### 3.6. Proposta de Plano de Ação

Item	Atividades	Responsável	Observações
1	Realização de um mapeamento da sinalização existente nos pontos turísticos da região	CDURP	A partir deste levantamento inicial, buscar recursos e equipamentos para a instalação de placas sinalizadoras no local
2	Investigação da história dos locais mapeados	CEPIR/COMDE DINE	Fomentar a pesquisa nos pontos mapeados para melhor direcionamento dos visitantes
3	Elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa responsável pela colocação da sinalização turística	CDURP	

4	Realização de licitação para contratação da empresa responsável pelo projeto	CDURP	
5	Estudo técnico preliminar	Empresa contratada	<p>Diagnóstico da sinalização existente nos acessos e pontos turísticos a serem beneficiados</p> <p>Relatório da situação dos atrativos com a contextualização geral do projeto e as sugestões para instalação das placas;</p> <p>Relatório da situação dos percursos de acesso e dos atrativos turísticos.</p> <p>Orçamento detalhado dos serviços de sinalização e cronograma de implantação;</p> <p>Especificação e orçamento detalhado dos serviços de manutenção e reposição necessários.</p>
6	Desenvolvimento e apresentação do projeto básico	Empresa contratada	<p>Seleção e ordenação das legendas;</p> <p>Definição de idiomas para produzir a sinalização;</p> <p>Definição dos tipos de placas;</p> <p>Padronização da forma e cor;</p> <p>Locação das placas em planta;</p> <p>Desenho de um Manual do Sistema de Sinalização Turística.</p>
7	Desenvolvimento e apresentação do projeto executivo	Empresa contratada	<p>Locação das placas em campo;</p> <p>Diagramação das placas;</p> <p>Definição dos suportes.</p>
8	Implantação de Placas de Sinalização	Empresa contratada	
9	Impressão de Mapas de Orientação Turística	Empresa contratada	

10	Acompanhamento na implantação da sinalização pela equipe técnica	Empresa contratada	
----	--	--------------------	--

Para as demais propostas foram apresentadas apenas as matrizes SWOT.

#### **4. História da Pequena África em quadrinhos.**

##### **4.1. Justificativa:**

Com o crescimento do turismo cultural na Pequena África, especialmente após a titulação do Cais do Valongo como Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO, em 9 de julho de 2017, faz-se necessário a criação de uma mídia impressa voltada à difusão de informações históricas para crianças e adolescentes, visando promover, de forma lúdica, o estudo da Educação Patrimonial, tendo em vista a riqueza de monumentos e marcos históricos da herança africana naquela região. Desta forma, sugerimos a ideia da produção de uma HISTÓRIA EM QUADRINHOS para esse público, abordando os fatos que marcaram a diáspora entre os séculos XVI e XIX, tendo em vista que é um recurso didático muito empregado pelos educadores de forma geral e de baixo custo. Assim, ao desvelarmos a história da nossa ancestralidade para os pequenos, vemos a possibilidade de fortalecermos a agenda antirracista para os estudantes como um todo.

##### **4.2. Pontos fortes:**

- Material didático para difusão da História da Pequena África a estudantes;
- Linguagem mais acessível às crianças e jovens;
- Material de referência para elaboração de atividades pedagógicas;
- Baixo custo de confecção e impressão.

##### **4.3. Pontos fracos:**

- Ação não-prioritária em relação a outras demandas da região;

- Possibilidade de materiais similares;
- Falta de verba para execução do projeto.

#### **4.4. Oportunidades:**

- Aproximação do público infanto-juvenil às ações de ativação cultural da região;
- Difusão de uma mídia (cartilha) popular e inovadora;
- Ações educativas com base no material (possibilidade de parceria com GERER/SME, CEPIR, COMDEDINE e outros);
- Chamamento de quadrinistas/criadores de conteúdo para desenvolvimento do produto.

#### **4.5. Ameaças:**

- Desconfiança do cliente em relação ao projeto;
- Estratégia de implementação incipiente;
- Falta de pessoal qualificado para execução do projeto;
- Descontinuidade das políticas públicas de fomento à produção cultural na região.

### **5. Produção de murais afrocentrados.**

#### **5.1. Justificativa:**

Em virtude da vocação da Pequena África para a expansão da Arte Urbana, tendo em vista que a região é um celeiro de inúmeros artistas plásticos anônimos ou pouco conhecidos do grande público e concentra um sem-número de imóveis ociosos ou sub-utilizados, tal iniciativa vai ao encontro de um fazer artístico que vem se consolidando, cada vez mais, como uma vitrine de novos talentos e atraindo os olhares de turistas e estudiosos da Arte de todos os lugares: **a produção de murais afrocentrados**. Desta forma, é uma oportunidade para a materialização e perpetuação da história da herança africana através de uma galeria a céu aberto, como acontece nas principais capitais do mundo, em um cenário mais do que apropriado para este empreendimento.



### 5.2. Pontos fortes:

- Registro, em murais públicos, da imagem de afrodescendentes que construíram a História da Pequena África;
- Visitação aberta ao grande público, gratuitamente, em qualquer dia e horário;
- Intercâmbio entre artistas plásticos da região.

### 5.3. Pontos fracos:

- Alto custo do projeto;
- Existência de iniciativas semelhantes na região.

### 5.4. Oportunidades:

- Criação de oportunidades de trabalho para os artistas plásticos;
- Difusão da história da Pequena África à comunidade;
- Criação de uma galeria a céu aberto, a exemplo do que ocorre na Vila Madalena (cidade de S. Paulo).

### 5.5. Ameaças:

- Custo do projeto inviável para o cliente;
- Iminente obsolescência em virtude de possível falta de manutenção dos murais;
- Dificuldade de delimitação de área autorizada para a realização dos painéis artísticos;
- Concorrência com outros equipamentos culturais para aplicação de recursos;
- Falta de parcerias para execução do projeto (empresários locais);
- Concentração de fazeres artísticos nas mãos de poucos produtores.

## 6. Concurso de monografias “Bora falar da Pequena África”

### 6.1. Justificativa:

Justifica-se por incentivar o interesse de estudantes de graduação, mestrado e doutorado pela análise e pesquisa relacionadas ao Circuito de Heranças Africanas na Pequena África, valorizando sua história e atualidade. Dessa

forma, o conhecimento mais amplo e a reflexão sobre os processos históricos, culturais, econômicos e planos de transformação da região serão estimulados.

#### **6.2. Pontos fortes:**

- Fortalecimento da marca Pequena África;
- Região em evidência atualmente;
- Implementação simples;
- Baixo custo de implementação;
- Tipo de Concurso já testado pela PCRJ (Concurso Bora Falar do Rio).

#### **6.3. Pontos fracos:**

- Dificuldades de divulgação;
- Falta de verba para execução do projeto;
- Falta de interesse de potenciais patrocinadores.

#### **6.4. Oportunidades:**

- Divulgação nas redes sociais;
- Impacto positivo em pesquisadores, professores e estudantes;
- Ausência de concursos semelhantes com relação à Pequena África.
- Reverberação da marca Pequena África a cariocas e turistas.

#### **6.5. Ameaças:**

- Falta de adesão do público universitário;
- Desinteresse da Administração Pública.

### **7. Simpósio Pequena África**

#### **7.1. Justificativa:**

Necessidade de integrar a Pequena África ao meio acadêmico, gerando maior divulgação e reflexões críticas sobre o micro e macroambiente. A participação de historiadores, antropólogos e demais profissionais propiciará análises e debates, que poderão ser replicados em todo o país e até mesmo no exterior.

#### **7.2. Pontos fortes:**

- Fortalecimento da marca Pequena África;

- Ampliação da exploração do tema no meio acadêmico, sob diversos aspectos;
- Baixo custo de implementação;
- Experiência da PCRJ em eventos;

**7.3. Pontos fracos:**

- Dificuldades de divulgação;
- Falta de verba para execução do projeto;
- Desinteresse da administração pública.

**7.4. Oportunidades:**

- Existência de pesquisas sobre o tema;
- Avanço do pensamento crítico e amplo;
- Escassez de eventos similares;
- Atração de novos pesquisadores;
- Articulação com pesquisadores existentes;
- Reconhecimento internacional;
- Aumento de visibilidade

**7.5. Ameaças:**

- Pouco conhecimento acadêmico sobre o tema;
- Falta de interesse do meio acadêmico em participar do evento;
- Desinteresse da Administração Pública.

**8. Luzes, cores e sons da Pequena África****8.1. Justificativa:**

Necessidade de promoção da região, com atração de cariocas e turistas, a partir de espetáculos periódicos com efeitos de iluminação e sonorização. O evento reunirá cores, luzes, sombras, tecnologia e efeitos especiais, contando fatos marcantes da história da Pequena África.

**8.2 - Pontos fortes:**

- Fortalecimento da marca Pequena África;
- Impacto sensorial;

- Divulgação da história;
- Ludicidade.

**8.3. Pontos fracos:**

- Dificuldade de operacionalização;
- Necessidade de tecnologia;
- Fator tempo para contratação (licitação);
- Falta de verba para execução do projeto.

**8.4. Oportunidades:**

- Atração de públicos diversos;
- Desenvolvimento do pensamento crítico e amplo;
- Escassez de eventos sobre o assunto;
- Resgate de acervo de imagens da região.

**8.5. Ameaças:**

- Desconhecimento da região pelo público em geral;
- Desinteresse da Administração Pública.

**9. Concurso de fotografias da Pequena África - Olhos de Ver - Edição Olhos de Ver Pequena África****9.1. Justificativa:**

Recentemente foi realizado um concurso de fotografias relativo à área do Reviver Centro chamado “Olhos de Ver”. A proposta de realizar uma versão “Olhos de Ver Pequena África” é para lançar um olhar para a região, buscando o fortalecimento do relacionamento dos cariocas com o patrimônio da Pequena África através de imagens inéditas de edificações, espaços públicos, mobiliário urbano ou cenas do cotidiano na região.

**9.2. Pontos fortes:**

- Experiência prévia na realização do concurso de fotografias realizadas na região do Projeto Reviver Centro;
- Divulgação do patrimônio histórico;
- Implementação simples;

- Baixo custo de implementação.

**9.3. Pontos fracos:**

- Dificuldades de divulgação;
- Falta de verba para execução do projeto.

**9.4. Oportunidades:**

- Visibilidade e reconhecimento para o patrimônio histórico;
- Ocasão para atrair cidadãos comuns;
- Incentivo ao fortalecimento do relacionamento dos cariocas com o patrimônio arquitetônico, mobiliário urbano e espaços públicos;
- Possibilidade de publicação de um livro de fotografias com os vencedores.

**9.5. Ameaças:**

- Desinteresse da população em geral;
- Desinteresse da Administração Pública.

## CAPÍTULO V

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desafio lançado em 9 de março de 2022, partimos para buscar o que propor para tão fascinante região, onde pulsa história, circulam narrativas, passeiam visitantes e cidadãos ávidos por conhecimento... os casarios (salva)guardam legados imateriais da cultura afro-brasileira, se debruçam em janelas e gradis forjados por saberes que persistem, resistem através de sua comunidade que mantém vivos ritos, tradições, cantos, sambas, sabores e os compartilha nessa região “Pequena” no nome, grande em significado para nossa Cidade, enorme em essência, memória e identidade.

Ao longo de todo o processo de construção deste trabalho, que culminou no Plano de Ação aqui entregue, nós crescemos. E dizemos isto de "boca cheia" e com a

consciência tranquila, pois participar do GTT só nos trouxe alegrias, aprendizados e encantamentos. O sentimento é de GRATIDÃO.

Com Rubem Alves, aprendemos que "as palavras só têm sentido se nos ajudam a ver o mundo melhor" e que devemos, como as crianças, ter a "capacidade de nos assombrar diante do banal". Temos a impressão, após essa jornada, que muito nos assombrou (e ainda assombra) a potência e a habilidade que todos nós temos de entregar sempre mais e melhor para a população da Cidade do Rio de Janeiro, mesmo diante dos percalços que passamos e dos momentos de solidão coletiva, quando pensamos que não conseguiríamos dar conta da missão que nos foi confiada pela exiguidade do tempo. Assim, o sentimento é de PERTENCIMENTO.

Gostaríamos de reiterar o apreço e a admiração pelas pessoas que fizeram parte deste grupo, com demandas e opiniões as mais diversas sobre a proposta que nos uniu até aqui: a revitalização cultural da Pequena África, ponto de convergência de tantos afetos de quem vive (ou viveu) a pulsação da região portuária e seus conflitos, desde a boemia operante de uma Praça Mauá pré-olímpica até a conversão do cais do porto em passeio público incensado pela fama de "Boulevard Olímpico", com seus museus e diversos equipamentos culturais a serviço da população. O sentimento é de ESPERANÇA.

Esta é a entrega que fazemos agora. Há espaço para um novo GTT, quem sabe, que possa criar indicadores para a cultura local; ou que possa propor parcerias inovadoras com iniciativas da Prefeitura, incentivando o turismo local. Que seja um passo a mais e diferenciado para se pensar o que pode ser feito nesse mar de oportunidades.

Desta forma, encerramos com a certeza de que fizemos o melhor ao nosso alcance para tornar a Cidade do Rio um lugar melhor para se viver, entre encontros e desencontros, ensaios e erros, risos e lágrimas. Até a próxima!

## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais a nosso Cliente - CDURP, na pessoa de seu presidente Gustavo Di Sabato Guerrante, pela aceitação da proposta de realização deste GTT Pequena África, e a sua equipe Rilden Ramos Mendes de Albuquerque, Gerente de Relações com Investidores e Mercado, Monica Cristina de Souza Silva, Coordenadora de Projetos e de Marcela Campana Analista de Relações Institucionais, pela constante colaboração e acolhimento de nossas demandas. Agradecemos ao Procurador da República Dr. Sérgio Suiama e a Jorge Adolfo Freire e Silva e Leonardo Mattos da Costa, da Coordenadoria Executiva de Promoção da Igualdade Racial/SEGOVI da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro pela reunião com nossa equipe, à Presidente da Fundação João Goulart, Rafaela Bastos e a Pedro Arias Martins, Coordenador de Desenvolvimento de Projetos e Transversalidade da mesma instituição, pela forma como conduziram as questões apresentadas pelo grupo e ao Alberto . Obrigado a todos os servidores da PCRJ que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste GTT.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BNDES apoia a revitalização de centros históricos: Projeto-piloto ocorrerá no Porto Digital, no Centro Histórico do Recife (PE). Brasília/DF, 2 mar. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/cultura-artes-historia-e-esportes/2021/03/bndes-apoia-a-revitalizacao-de-centros-historicos>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BOA NOVA, Gabriel Rodrigues. **Porto Maravilha e Modelo Barcelona: Uma Análise Comparativa no Âmbito do Desenvolvimento Local.** Orientadora: Renata Lèbre La Rovere. 2018. 70 p. Monografia (Bacharelado em Economia) - Estudante, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/8350/1/GRBOANOVA.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

CARDOSO, Viviane Souza Valle et al. "A preservação do patrimônio cultural como âncora do desenvolvimento econômico" (BNDES). Disponível em: <http://bndes.gov.br/bibliotecadigital>. Consulta em 30 mar. 2022.

GIACOMET, Luciene. Revitalização portuária: caso Puerto Madero. 2008. 191 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14975/000673332.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 mar. 2022.

GUIA Definitivo: Bairro Puerto Madero. *In: Depasseiopor.* [S. l.], 2012. Disponível em: <https://www.depasseiopor.com/bairro-puerto-madero-buenos-aires/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

HALLIDAY, Josh. Unesco strips Liverpool of its world heritage status. *The Guardian*, [S. l.], p. 1-1, 21 jul. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2021/jul/21/unesco-strips-liverpool-waterfront-world-heritage-status>. Acesso em: 14 abr. 2022.

KÖHLER, André Fontan. Políticas de renovação e regeneração urbana em Liverpool, Inglaterra: a construção de uma distopia urbana através de parcerias público-privadas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 67-84, maio 2014. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4775/4620>. Acesso em: 14 abr. 2022.



LENCASTRE, Carla. Prédios modernos poluem área histórica e Unesco tira de Liverpool o título de Patrimônio Mundial. *Colabora*, [S. /], p. 1-1, 26 jul. 2021. Disponível em: <https://projetcocolabora.com.br/ods11/predios-modernos-levam-liverpool-a-perder-titulo-da-unesco-de-patrimonio-mundial/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

LIVERPOOL City Council. [S. /], 2022. Disponível em: <https://liverpool.gov.uk/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

MAQUIAVELI, Janaina. Passando a limpo: um passeio pelos processos e pelos projetos de revitalização urbana do Meatpacking District, em Nova York, e da Região da Luz, em São Paulo. *EURE*, Santiago/Chile, v. 38, n. 115, p. 137-158, set 2012. Disponível em: [https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612012000300007&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612012000300007&script=sci_arttext). Acesso em: 14 mar. 2022.

MUDANÇA no visual em área portuária tira de Liverpool status de Patrimônio Mundial da Unesco. *G1*, [S. /], p. 1-1, 21 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/07/21/mudanca-no-visual-em-area-portuaria-tira-de-liverpool-status-de-patrimonio-mundial-da-unesco.ghtml>. Acesso em: 14 abr. 2022.

NATIONAL Museums Liverpool. [S. /], 2022. Disponível em: <https://www.liverpoolmuseums.org.uk/world-museum>. Acesso em: 13 abr. 2022.

OLIMPÍADAS de 1992: O Renascimento do Turismo em Barcelona. [S. /], 2012. Disponível em: <https://www.guiadacarreira.com.br/educacao/olimpiadas-1992-turismo-barcelona/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

ORLA da Lagoa de Araçatiba desperta novos olhares. [S. /], 18 nov. 2018. Disponível em:

<https://www.marica.rj.gov.br/2018/11/15/orla-da-lagoa-de-aracatiba-desperta-novos-olhares/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

ORLA de Araçatiba. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.conhecamarica.com.br/pontos-turisticos/8/orla-de-aracatiba>. Acesso em: 23 mar. 2022.

ORLA de Araçatiba o novo point de Maricá. [S. l.], 26 dez. 2017. Disponível em: <https://www.gbnews.com.br/single-post/2017/12/26/lagoa-de-ara%C3%A7atiba-o-novo-point-de-maric%C3%A1>. Acesso em: 23 mar. 2022.

PEDROSA, Eduardo Costa. Liverpool perde estatuto de património mundial e o Everton é um dos culpados. *Jornal de Notícias*, Porto/POR, p. 1-1, 21 jul. 2021. Disponível em: <https://www.jn.pt/desporto/liverpool-perde-estatuto-de-patrimonio-mundial-e-o-everton-e-um-dos-culpados-13960157.html>. Acesso em: 14 abr. 2022.

PROJETO de revitalização portuária – Puerto Madero. *In*: LIMA, Aryane; RIBEIRO, Débora; FACUNDO, Mariana. **Projeto de revitalização portuária – Puerto Madero**. [S. l.], 9 jul. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3jDoKxk>. Acesso em: 13 abr. 2022.

PROJETO Polêmico - Nova Luz / SP. São Paulo/SP, 9 jan. 2012. Disponível em: <http://coletivourbane.blogspot.com/2012/01/projeto-polemico-nova-luz-sp.html>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PUERTO Madero: exemplo de revitalização da área portuária. *In*: Portogente: O mundo mais ágil. [S. l.], 29 maio 2006. Disponível em: <https://portogente.com.br/noticias/transporte-logistica/6386-puerto-m%20chrome-extension://>. Acesso em: 4 abr. 2022.

RECENTRO: Prefeitura do Recife lança programa para revitalização do centro da cidade.

[S. l.], 18 nov. 2021. Disponível em:

<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/18/11/2021/recentro-prefeitura-do-recife-lanca-programa-para-revitalizacao-do-centro-da>. Acesso em: 30 mar. 2022.

RECENTRO: Programa para revitalização do centro da cidade. [S. l.: s. n.], 2021.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j4T1mchZmaw>. Acesso em: 30 mar. 2022.

REVITALIZAÇÃO da Zona Portuária e Movimento Turístico em Barcelona. [S. l.], 8 abr.

2013. Disponível em:

<https://acidadeinvisivel.wordpress.com/2013/04/08/revitalizacao-da-zona-portuaria-e-movimento-turistico-em-barcelona/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

RIO se inspira em Barcelona e investe R\$ 8 bi para recuperar a Zona Portuária para as Olimpíadas. [S. l.], 16 jun. 2012. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/28/rio-se-inspira-em-barcelona-para-recuperar-zona-portuaria.htm?cmpid=copiaecola> . Acesso em: 22 mar. 2022.

SOMEKH, Nadia (org.). PRESERVANDO O PATRIMÔNIO HISTÓRICO: um manual para gestores municipais. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em:

[https://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/Manual-Patrimonio\\_completo\\_baixa.pdf](https://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/Manual-Patrimonio_completo_baixa.pdf). Acesso em: 31 mar. 2022.